CADERNO ANDRAGÓGICO

APERFEIÇOAMENTO EM **SEGURANÇA DE EVENTOS – CSES**

EDIÇÃO 01



ABCFAV
FUNDADA EM 14/12/1987

Fenavist

CADERNO ANDRAGÓGICO

APERFEIÇOAMENTO EM SEGURANÇA DE EVENTOS – CSES

1ª EDIÇÃO | 2026

FICHA TÉCNICA

CADERNO ANDRAGÓGICO
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM SEGURANÇA DE EVENTOS – CSES

Edição:
1ª edição | 2026

Responsabilidade Institucional:
Associação Brasileira de Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Vigilantes **(ABCFAV)**

Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores **(FENAVIST)**

Equipe Técnica Responsável

PRODUÇÃO TEXTUAL
Neide Catarina Turra
Doutora em Ciências Sociais e da Educação (PUC/SP). Mestre em Sociologia (UFSC). MBM em Gestão de Segurança Privada (FURB). Graduada em Pedagogia e Administração Escolar (UNIPLAC). Professora Universitária. Diretora da FERA Formação. Diretora Regional Sul da ABCFAV.

ASSESSORIA TÉCNICA E CONSULTORIA:
GUIA WEB – Soluções Empresariais

REVISÃO DE CONTEÚDOS:

Caio César Bucioli
Consultor e Instrutor de Segurança Privada. Graduado em Gestão de Segurança Privada e pós-graduado em Gestão de Projetos e Segurança Privada, possui 20 anos de experiência em Segurança Pública e Privada. Atuou como militar do Exército Brasileiro, participando de operações de destaque, como a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e a operação ARCANJO III (Rio de Janeiro). Na área de Segurança privada, desenvolveu sua carreira em atividades de treinamento e gestão de segurança em operações de Transporte de numerário, bens e valores.

Claudio Carvalho Filho
Gustavo Eugênio Trasse

CONTRIBUIÇÃO
Marco Antônio Lopes da Silva | Gestor de Segurança Pública e Privada • São Paulo, SP.
Gestor de segurança com ampla experiência em planejamento e operação de segurança para grandes eventos esportivos e instalações de alto fluxo. Atuação em consultoria, integração com forças públicas, coordenação de equipes multidisciplinares e implementação de protocolos de risco, controle de acesso e resposta a incidentes. Experiência prática documentável em projetos complexos que podem ser traduzidos em conteúdo técnico e casos reais para obras de referência.
Pedro Araújo - Presidente da Federação dos vigilantes.

DIAGRAMAÇÃO E LAYOUT:
Marihama Turra
marimarihama@gmail.com

IMAGENS E ILUSTRAÇÕES LICENCIADAS

Freepik e Envato

IMAGENS IA
Geradas por OpenAI/ChatGPT

© Todos os direitos reservados

SUMÁRIO

Apresentação 08

Objetivos 10

1. Segurança de Eventos 11

2. Conceitos e Legislação 12

3. Estrutura Física e Plano de Segurança do Evento 13

4. Integração com Forças Públicas e Serviços Públicos 14

5. Cadeia de Comando e Comunicação 15

6. Comportamento e Papel do Vigilante em Eventos Sociais 15

7. Tarefas e Limites do Vigilante 16

8. Direitos e Deveres do Vigilante 16

9. Direitos e Deveres do Público 17

10. Atuação em Eventos Futebolísticos 18

11. Obrigações e Normas da Lei 21

12. Centro de Comando e Controle de Operações 23

13. Controle de Acesso em Eventos 24

14. Gerenciamento de Público 34

15. Princípios Constitucionais 36

16. Tipos Penais mais Comuns 37

17. Direitos Humanos 39

18. Gestão de Multidões 41

19. Resolução de Situações de Emergência 54

20. Prevenção e Combate a Incêndio 59

21. Primeiros Socorros 61

Avalie o seu Conhecimento 67

Referências 70





“A prestação de serviços de segurança privada observará os princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção à vida e do interesse público”.

Apresentação

É com satisfação que apresentamos a primeira edição do **Caderno Andragógico: Aperfeiçoamento em Segurança de Eventos**, uma iniciativa conjunta da Associação Brasileira de Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Vigilantes (ABCFAV) e da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist).

O Aperfeiçoamento em Segurança de Eventos – CSES foi concebido para desenvolver, de forma prática e objetiva, os conhecimentos, técnicas, habilidades e atitudes essenciais ao exercício profissional da segurança de pessoas e do patrimônio em recintos de eventos sociais. Alinha-se à andragogia ao valorizar a experiência prévia do participante, a resolução de problemas reais e a aplicação imediata do aprendizado no contexto operacional.

Em um país que se consolidou como palco de grandes eventos — esportivos, corporativos, técnico-científicos, artísticos e sociais — a atuação do vigilante exige comportamento exemplar, tomada de decisão embasada e domínio de procedimentos específicos. Este caderno orienta o aluno a aplicar medidas preventivas e repressivas dentro dos limites legais e de suas atribuições, em complementaridade às forças estatais, sem prejuízo das competências dessas instituições.

Ao longo do curso, são apresentados conceitos-chave, boas práticas e referências legais que sustentam a vigilância em eventos: a proteção do público, artistas, organizadores, instalações e patrimônio, com respeito aos direitos individuais e à ordem. Ressalta-se, ainda, a obrigatoriedade de que a empresa de segurança esteja autorizada pela Polícia Federal para atuar nesse segmento, garantindo um ambiente seguro, confortável e em perfeita normalidade para todos os envolvidos.

Deuci Soares
Presidente ABCFAV



Jeferson Nazário
Presidente Nacional FENAVIST



OBJETIVOS

a) Dotar o aluno de conhecimentos, técnicas, habilidades e atitudes que o capacitem para o exercício da atividade de segurança das pessoas e do patrimônio nos recintos onde forem realizados eventos sociais.

b) Favorecer a aplicação de técnicas de medidas preventivas e repressivas dentro dos limites de suas tarefas, atuando no âmbito operacional da estrutura de segurança, em função complementar às atividades dos órgãos estatais de segurança e serviços, sem prejuízo das competências específicas dessas forças.

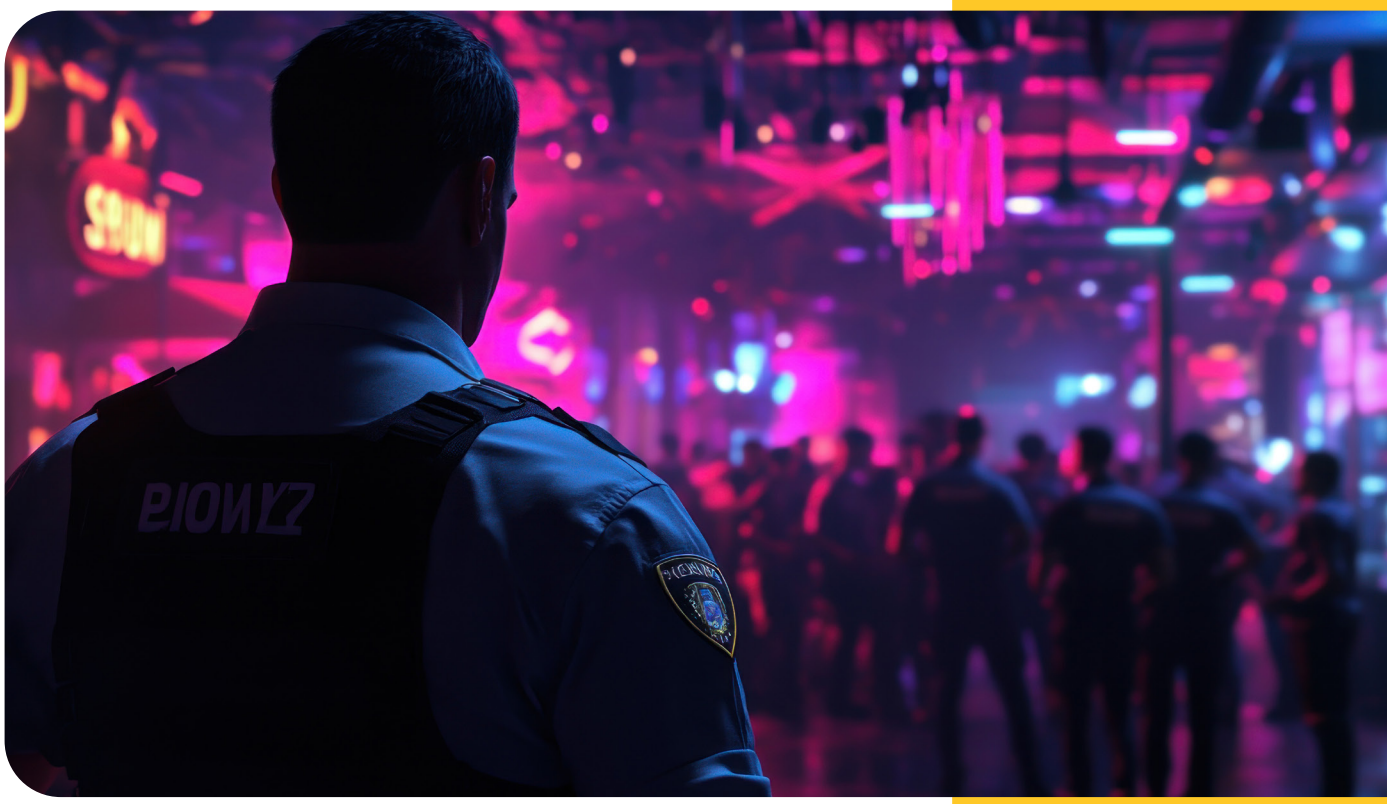
c) Prover a segurança de todos os envolvidos no evento, garantindo um ambiente confortável, seguro e em perfeita normalidade e harmonia, tanto para os organizadores quanto para o público.



SEGURANÇA DE EVENTOS

1. SEGURANÇA DE EVENTOS

O Brasil consolidou-se como um dos grandes realizadores de eventos no mundo. Não apenas esportivos, mas também de negócios, entretenimento, corporativos, técnico-científicos, artísticos e, sobretudo, sociais. É uma área desafiadora e de grande responsabilidade, exigindo do vigilante conhecimentos específicos e um comportamento profissional exemplar.



2. CONCEITOS E LEGISLAÇÃO NA VIGILÂNCIA DE EVENTOS

Eventos são reuniões de pessoas com um objetivo comum, que acontecem por um tempo limitado e em locais diversos. Pense em shows de rock em estádios, feiras comerciais em pavilhões, jogos de futebol em arenas, exposições de arte em espaços culturais, ou até mesmo grandes festas corporativas. A vigilância patrimonial nesses locais é crucial para garantir a ordem e a proteção. Seu objetivo é garantir a segurança do público, dos artistas, dos organizadores, do patrimônio e das instalações, sempre respeitando os direitos individuais de todos. É fundamental que a empresa de segurança seja autorizada pela Polícia Federal para atuar em eventos.

3. ESTRUTURA FÍSICA E PLANO DE SEGURANÇA DO EVENTO

Antes de tudo, você precisa conhecer o local do evento como a palma da sua mão. Onde ficam as entradas e saídas de emergência? Quais são os pontos de concentração de público ou áreas de maior risco, como as áreas VIP, área de produção, de equipamentos, camarins e áreas técnicas? Quais serão as áreas restritas de acesso? Tudo isso faz parte do **Plano de Segurança do Evento**, um documento essencial que detalha como a segurança será organizada, incluindo o posicionamento das câmeras, rotas de fuga, e a localização dos postos de vigilância. Para eventos grandes (com mais de 1.000 pessoas), esse plano deve ser elaborado por um GESTOR DE SEGURANÇA PRIVADA devidamente REGISTRADO na Polícia Federal.

É nesse plano que você entenderá sua posição e função específica, seja no controle de acesso (revistando bolsas, utilizando detectores de metais), em rondas preventivas por setores, ou em pontos fixos de observação estratégica.

Exemplo:

Se você for alocado para a "Portaria VIP", o plano detalhado vai orientar quem pode acessar, como verificar credenciais e quais procedimentos seguir em caso de não autorizados.

IMPORTANTE: O vigilante supervisor é o responsável para implementar o plano de segurança junto às equipes de vigilantes do evento.

4. INTEGRAÇÃO COM FORÇAS PÚBLICAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

No evento, você não estará sozinho. A segurança privada atua de forma integrada com as **Forças de Segurança Pública (Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal)** e outros serviços públicos essenciais, como o **Corpo de Bombeiros** (para prevenção e combate a incêndios, e primeiros socorros) e as **equipes de saúde** (ambulâncias e paramédicos).

Sua função é complementar a atuação desses órgãos, nunca substituí-los. A comunicação clara e a cooperação são vitais para uma resposta eficaz a qualquer incidente. Você é os olhos e ouvidos iniciais, reportando às autoridades competentes quando a situação excede suas atribuições.

Exemplo 1:

Em caso de briga generalizada, sua ação inicial será tentar conter a situação e, imediatamente, acionar a Polícia Militar presente no local, indicando o ponto exato da ocorrência.

Exemplo 2:

Vigilante identifica suspeitos em procedimentos de tentativa de furto de celular, deve acionar a autoridade policial, coletando informações que auxiliem na detenção do criminoso.

Foto: Marcello Casal Jr. | Agência Brasil



5. CADEIA DE COMANDO E COMUNICAÇÃO

É fundamental que você saiba exatamente a quem se reportar e por quais canais. A **cadeia de comando** é clara e precisa: você se reporta ao seu vigilante supervisor, que se reporta ao coordenador de segurança da área, e este ao chefe de segurança geral do evento. Utilize os meios de comunicação oficiais disponibilizados (rádios HT criptografados, aplicativos internos ou centrais de comunicação fixas) para reportar qualquer ocorrência, seguindo a **hierarquia de ações.**

A comunicação deve ser concisa, clara e objetiva.

Exemplo:

Se você notar um princípio de tumulto na arquibancada, seu primeiro passo é informar o supervisor da sua área via rádio, usando o código de comunicação padrão, descrevendo a situação e o setor, e aguardar orientações ou reforço, em vez de intervir sozinho sem coordenação.

IMPORTANTE: Em eventos, o padrão é agir em equipe, para maior segurança e eficácia dos procedimentos.

6. COMPORTAMENTO E PAPEL DO VIGILANTE EM EVENTOS SOCIAIS

Seu comportamento deve ser sempre profissional, calmo, proativo e assertivo. Em um evento, você é a linha de frente e a imagem da segurança. A observação discreta, a capacidade de identificar rapidamente situações atípicas (como pessoas embriagadas tentando entrar ou indivíduos com comportamento suspeito) e a habilidade de comunicação para orientar o público são suas melhores ferramentas. Você deve ser cortês, mas firme.

Lembre-se:

Você é a primeira linha de defesa e um ponto de referência para o público em caso de dúvidas ou problemas. Sua postura contribui diretamente para a percepção de segurança e o sucesso do evento

7. TAREFAS E LIMITES DO VIGILANTE

Suas tarefas incluem a observação constante, inspeção e supervisão do local, controle de acesso (revistando pessoas e objetos com detectores de metal), direcionamento do público, identificação de riscos e, se necessário, a contenção inicial de situações até a chegada de reforços ou da força policial.

Exemplo de Tarefa:

Em um show, sua tarefa pode ser fiscalizar para que ninguém entre com garrafas de vidro. Você deverá orientar a pessoa a descartar a garrafa antes de entrar.

Exemplo de Limite:

Se você identificar uma pessoa tentando pular uma grade de segurança para entrar sem ingresso, sua tarefa é abordá-la e orientá-la a não fazê-lo, reforçando as regras do evento.

Se ela resistir agressivamente ou tentar agredir alguém, seu limite é a contenção necessária para garantir a segurança dos presentes, utilizando técnicas de defesa pessoal e imobilização, e acionando imediatamente seu supervisor e, se for o caso, a polícia.

Você não deve fazer uso excessivo de força, exceto em flagrante delito, e não deve exceder seus limites, sob risco de responder por constrangimento ilegal.

8. DIREITOS E DEVERES DO VIGILANTE RELACIONADO À SEGURANÇA DE EVENTOS

Os direitos do vigilante em segurança de eventos são os mesmos de qualquer posto de serviço, com algumas pequenas distinções.
São pré-requisitos básicos o vínculo empregatício por meio da CTPS anotada com o prestador do serviço, o seguro de vida em grupo e as demais verbas trabalhistas previstas na Convenção Coletiva ou Acordo de trabalho.

No exercício da função deve ter acesso a equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados e em bom estado (como colete balístico, rádio, e outros) e treinamentos periódicos específicos em segurança de eventos.

Seus deveres incluem seguir as normas de conduta, ser pontual, zeloso, leal, e usar a força somente quando estritamente necessário e dentro dos limites legais. **A Lei nº 14.967/2024 no artigo 26, inciso III**, alínea "b" - determina que o vigilante é responsável pela *"segurança física de pessoas e patrimônio (...)sendo encarregado de observar, inspecionar e fiscalizar suas dependências, controlar o fluxo de pessoas e gerenciar o público em eventos em que estiver atuando."*

No **artigo 30** da lei citada complementa especificamente os deveres determinando ao vigilante agir com respeito a *"dignidade e a diversidade da pessoa humana (...) probidade, desenvoltura e urbanidade."*

IMPORTANTE: A lei é bastante clara que os deveres do vigilante não exime o empregador da obrigação de fiscalizar seu correto cumprimento.

9. DIREITOS E DEVERES DO PÚBLICO FREQUENTADOR DO EVENTO

O público que comparece a shows, festivais, jogos e quaisquer outros eventos é considerado **consumidor**, e, como tal, está amparado pelo **Código de Defesa do Consumidor (CDC)**. A relação estabelecida com a empresa organizadora é de consumo, abrangendo tanto a prestação do serviço (o espetáculo) quanto a venda de produtos (alimentos, bebidas) dentro do local e a sua integridade física e material.

Os consumidores têm direito a um serviço de qualidade, o que inclui a **segurança do evento** (um de seus papeis como vigilante), a infraestrutura prometida e o cumprimento da oferta. Caso haja cancelamento, atraso significativo ou falha na prestação do serviço, o consumidor pode exigir o ressarcimento. A venda de produtos também segue o CDC: preços claros, produtos em bom estado e informações transparentes.

Contudo, este público também possui **deveres** que são essenciais para a segurança e o bom andamento do evento, e para o trabalho da segurança e do vigilante:

a) Dever de Respeitar as Normas e Proibições:

Exemplo 1:

Um cliente tenta entrar com uma garrafa de vidro em um show. Seu dever é orientá-lo sobre a proibição e exigir que descarte o item, garantindo a segurança de todos no local.

b) Dever de Cooperação com a Segurança:

Exemplo 2:

Durante uma revista na entrada, um indivíduo se recusa a passar pelo detector de metais ou a mostrar o interior de sua mochila. O vigilante deve insistir na revista e impedir a entrada. Cooperação é um dever do cliente/frequentador do evento.

b) Dever de Conduta Adequada:

Exemplo 3:

Você observa um grupo tentando forçar a entrada em uma área restrita (por exemplo, um camarim) ou iniciar uma briga. O Vigilante deve intervir para cessar a conduta inadequada e, se necessário, acionar reforços ou as forças policiais.

Em resumo o vigilante deve fiscalizar o cumprimento desses deveres, garantindo a ordem e a segurança para todos. Em caso de descumprimento, o público pode ser advertido, retirado do local ou, em situações mais graves, entregue às autoridades competentes.



10. ATUAÇÃO EM EVENTOS FUTEBOLÍSTICOS

A segurança em eventos futebolísticos é um dos desafios mais complexos para o vigilante, devido à paixão e ao grande número de torcedores. Sua atuação é pautada por um conjunto rigoroso de normas internacionais e nacionais.

Regulamentos da **FIFA, CONMEBOL e CBF** estabelecem padrões globais de segurança, com foco na prevenção de violência, controle rigoroso de acesso e proibição de itens perigosos. Tais normas visam transformar os estádios em ambientes seguros e familiares, com sanções severas para quem as descumprir. No âmbito nacional, o **Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023)** detalha direitos e deveres dos frequentadores, garantindo segurança, mas exigindo o respeito às regras do estádio.

Um ponto crucial para a execução dessas normas é a **revista pessoal.** O vigilante tem esta função realizada logo na entrada do estádio, de forma a impedir que objetos proibidos adentrem o evento. A revista deve ser feita com absoluto respeito à dignidade do torcedor, de maneira não vexatória, preferencialmente por profissional do mesmo sexo, conforme preconizado pelo Estatuto do Torcedor e regulamentos internos. Este é um ato preventivo fundamental para a segurança de todos.

10.1 OBJETOS PROIBIDOS E CONSEQUÊNCIAS PARA O TORCEDOR

A lista de itens proibidos é extensa e seu conhecimento é vital. Além de armas brancas ou de fogo, inclui **fogos de artifício, sinalizadores e rojões** (grandes causadores de acidentes e brigas); **garrafas (de vidro ou plástico), latas e outros recipientes rígidos** que podem ser arremessados; **mastros de bandeiras que não sejam flexíveis e vazados; qualquer tipo de bomba de fabricação caseira ou artefato explosivo**; e até mesmo **laser pointers** (que podem atrapalhar jogadores e árbitros).



O torcedor que descumprir essas regras e for flagrado portando ou utilizando tais itens não apenas terá o objeto confiscado e a entrada barrada, mas também poderá ser **expulso do estádio**, impedido de frequentar eventos futuros e, dependendo da gravidade da infração (como o uso de sinalizadores ou a participação em brigas), pode ser **multado e detido pelas autoridades policiais**, respondendo a inquérito policial e processo criminal. Muitos estádio possuem uma delegacia, juiz e promotor de plantão do Juizado Especial, que encaminha de forma imediata medidas judiciais de fatos que ocorrerem no Estádio.

10.2 ATUAÇÃO DAS FORÇAS PÚBLICAS E PARCERIA COM A SEGURANÇA PRIVADA

As forças de segurança pública (Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal) têm um papel insubstituível dentro e fora do estádio. Sua atuação principal é na **preservação da ordem pública, no patrulhamento ostensivo, na repressão a crimes e na realização de prisões em flagrante delito.**

A Polícia Militar, por exemplo, é responsável pelo controle de grandes massas, pela contenção de tumultos generalizados e **pela resposta a incidentes graves que excedam a capacidade da segurança privada.** A parceria é fundamental: você, como segurança privada, é a primeira linha de observação e contenção.

Ao identificar uma ameaça ou um ato ilícito (como uma briga, roubo ou vandalismo), sua função é conter a situação dentro de seus limites e, crucialmente, **acionar imediatamente o comando da segurança pública** presente no estádio, fornecendo informações claras e precisas sobre o local e a natureza da ocorrência. Essa integração garante uma resposta rápida e eficaz, otimizando os recursos e mantendo a segurança de todos os presentes.

10.3 PREVENÇÃO E RESPOSTA À INVASÃO DE CAMPO

A invasão do campo de jogo é uma das maiores infrações de segurança em eventos futebolísticos, estritamente proibida pelas regulamentações da FIFA, CONMEBOL, CBF e pelo Estatuto do Torcedor. Além de paralisar a partida e gerar prejuízos financeiros aos clubes, a invasão coloca em risco a integridade física de jogadores, árbitros e outros profissionais. O vigilante deve atuar firme em ações de prevenção: **monitorar constantemente as barreiras de segurança próximas ao gramado**, identificar torcedores com comportamento suspeito (como aqueles que tentam se aproximar excessivamente da linha lateral ou que demonstram intenção de pular as divisórias) e **alertar a cadeia de comando ou a polícia imediatamente.**

Caso ocorra uma invasão, sua tarefa é auxiliar na contenção do fluxo de invasores e na rápida recondução ou remoção desses indivíduos, sempre sob coordenação das forças públicas, visando a retomada da ordem e do espetáculo com a máxima segurança possível.

IMPORTANTE: Você fiscalizará rigorosamente a entrada, auxiliará na organização do fluxo de torcedores em portões e setores, vai coibir tumultos e reportará qualquer incidente à sua cadeia de comando e às forças de segurança pública. A atuação deve ser firme, com denodo. Ter conhecimento aprofundado das leis e regulamentos são essenciais para garantir não apenas a segurança, mas a celebração do esporte e a experiência positiva de todos.

11. OBRIGAÇÕES E NORMAS DA LEI, DECRETO E ATOS NORMATIVOS DA PF

Conforme o decreto que regulamenta a Lei nº 14.967/2024:

*"**O serviço de Segurança de Eventos** consiste na **execução de vigilância patrimonial para prevenção de ilícitos em locais destinados à reunião de público** com o mesmo objetivo, com duração delimitada no tempo, realizados em estádios, ginásios, exposições, espaços culturais, arenas ou outros locais, públicos ou privados, inclusive em espaços de uso comum do povo, devendo ser prestado com o emprego de **vigilantes especialmente habilitados**".*

Este trecho legal é fundamental porque não apenas define o escopo do serviço de segurança de eventos, mas também ressalta a **natureza preventiva** da atuação do vigilante, que vai além da simples observação, **visando ativamente evitar ocorrências**. Além disso, a menção a "vigilantes especialmente habilitados" sublinha a exigência de **qualificação por meio do curso de aperfeiçoamento e treinamento específico**, diferenciando esta modalidade de segurança pela complexidade dos ambientes e pela diversidade do público envolvido. Isso valida a necessidade de todo o conhecimento que você, vigilante, está adquirindo neste curso de aperfeiçoamento.

11.1 OBRIGAÇÕES DA EMPRESA EM SEGURANÇA PRIVADA EM EVENTOS

O decreto que regulamenta a Lei 14.967/24 determina:

"As empresas de serviço de Segurança Privada devem informar os eventos em que prestarão serviços de segurança, via sistema informatizado da Polícia Federal ou, na sua indisponibilidade, por qualquer meio hábil, no prazo previsto em ato normativo da Polícia Federal, contendo as seguintes informações: I - horário; II - local; III - público estimado; e IV - nome completo e número de registro na Polícia Federal dos vigilantes e demais profissionais de segurança privada que atuarão no evento".

Este dispositivo legal estabelece a obrigatoriedade de transparência e controle governamental sobre as operações de segurança privada em eventos. Ao exigir que as empresas informem previamente a Polícia Federal sobre cada evento e os vigilantes escalados, garante-se uma fiscalização eficaz e a responsabilização dos profissionais envolvidos. Para o vigilante, isso significa que sua atuação é formalmente reconhecida e legítima, contribuindo para a organização e a segurança geral do evento em parceria com as autoridades.

11.2 NECESSIDADE DE PLANO DE SEGURANÇA

Para garantir o nível técnico da segurança privada em eventos com público estimado superior a 1.000 (mil) pessoas o decreto determina:

"A empresa de Vigilância Patrimonial contratada para a prestação de serviços em eventos de magnitude e complexidade, assim compreendidos aqueles com público estimado superior a 1.000 (mil) pessoas, deverá apresentar previamente projeto de segurança à autoridade local competente, conforme normas estaduais e municipais vigentes, contendo no mínimo:

I - público estimado;

II - descrição da quantidade e da disposição dos vigilantes, conforme peculiaridades do evento;

III – análise de risco, que considerará:

a) tipo de evento e público-alvo;

b) localização;

c) pontos de entrada, saída e circulação do público;

d) dispositivos de segurança existentes;

e) necessidade de utilização de arma de menor potencial ofensivo;

f) necessidade de utilização de equipamentos de proteção individual; e

g) outras exigências previstas em ato normativo da Polícia Federal.
A empresa de vigilância patrimonial deverá, no ato da comunicação do evento à Polícia Federal, comprovar a apresentação do Projeto de Segurança às autoridades estaduais e municipais competentes".

Este dispositivo é de extrema importância, pois eleva o padrão de planejamento e profissionalização da segurança privada em eventos de grande porte. A exigência de um projeto de segurança detalhado que deve ser feito por um GESTOR DE SEGURANÇA PRIVADA devidamente registrado na PF, para eventos com mais de 1.000 pessoas, com análise de risco e especificação da atuação dos vigilantes, demonstra que a segurança não é improvisada, mas fruto de um estudo minucioso.

Para você, vigilante, isso significa que sua atuação é parte integrante de um plano estratégico robusto, validado pelas autoridades, e que a execução desse projeto é a base para a eficácia da segurança e a conformidade legal do evento.

11.3 INFRAÇÕES E MULTAS POR ATOS REALIZADOS NA ÓRBITA DA SEGURANÇA DE EVENTOS

As infrações na segurança de eventos são classificadas e penalizadas conforme a gravidade, visando garantir a profissionalização e a conformidade legal do setor. Abaixo, as multas e penalidades, organizadas por valor:

Multas de R$ 1.000 a R$ 5.000

- **Vigilante sem EPIs:** Permitir que o vigilante exerça suas atividades sem os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários ao desempenho de suas funções, comprometendo sua segurança e eficácia.
- **Vigilante sem Uniforme Autorizado:** Permitir que o vigilante atue sem o uniforme devidamente autorizado, o que dificulta sua identificação e o cumprimento das normas de segurança.

Multas de R$ 5.000 a R$ 10.000

- **Público Superior ao Estimado sem Projeto de Segurança:** Caso a quantidade de público efetivamente presente seja superior ao número estimado informado na comunicação do evento, e não tenha sido apresentado um Projeto de Segurança adequado para essa magnitude.
- **Descumprimento do Projeto de Segurança:** Não seguir o projeto de segurança previamente apresentado e aprovado, como, por exemplo, não alocar o número de vigilantes previstos e necessários para a demanda do evento.
- **Vigilante sem Habilitação:** Utilizar vigilante que não possui a devida habilitação específica em segurança de eventos, o que compromete a qualidade e a legalidade do serviço prestado.
- **Vigilante em Descumprimento de Deveres:** Permitir que vigilante atue sem cumprir seus deveres e atribuições, colocando em risco a segurança do evento e do público.

Multas de R$ 10.000 a R$ 15.000

- **Vigilante sem Vínculo Empregatício:** Exercer a atividade de segurança com vigilante que não possui vínculo empregatício formal com a empresa, caracterizando irregularidade trabalhista e fragilidade na prestação do serviço.
- **Pessoa Inabilitada na Função de Vigilante:** Utilizar pessoas sem a qualificação e para desempenhar a função de vigilante, mascarando a atuação de profissionais não habilitados sob diversas denominações como: controlador de acesso, manobrista, recepcionista, porteiro, auxiliar da administração, fiscal de piso e outros.
- **Vigilante Sob Efeito de Substâncias:** Permitir que vigilante atue em estado de embriaguez ou sob efeito de substância química, o que é uma grave violação de conduta.

Penalidade de Cancelamento da Autorização de Funcionamento

- **Contratação de Forças Públicas:** Contratar ou utilizar integrantes das forças públicas (policiais, bombeiros militares, guardas municipais, etc.) para prestar serviços de segurança privada em eventos. Esta é uma infração gravíssima que pode levar ao cancelamento definitivo da autorização de funcionamento da empresa, pois configura desvio de função e conflito de interesse.

IMPORTANTE: Essa gradação de multas e penalidades reflete a seriedade com que a legislação trata a segurança de eventos, priorizando a qualificação profissional e o planejamento. Para o vigilante, é crucial entender que o cumprimento rigoroso das normas não só garante a legalidade da empresa, mas também protege sua integridade profissional e assegura a eficácia da segurança prestada ao público. As infrações mais graves, que envolvem a inabilitação ou a contratação irregular, demonstram o compromisso da lei em coibir práticas que desqualificam a profissão e comprometem a segurança pública.

12. O CENTRO DE COMANDO E **CONTROLE DE OPERAÇÕES (CCCO)**

ParaO CCCO é o cérebro e o coração da gestão de segurança em grandes eventos, especialmente os futebolísticos. Concebido como uma central integrada, sua função principal é monitorar, coordenar e tomar decisões estratégicas em tempo real para garantir a segurança de todos os presentes. É o ponto de convergência de informações de diversas fontes e o núcleo onde a comunicação entre as diferentes equipes de segurança, públicas e privadas, é centralizada.

As **áreas de atuação** do CCCO abrangem todo o perímetro do evento – desde as ruas e acessos ao redor do estádio até o interior, incluindo arquibancadas, setores vip, vestiários, gramado e demais instalações. Ele opera através de um sofisticado sistema de câmeras de segurança (CFTV), rádios comunicadores, telefonia e, por vezes, drones, que fornecem uma visão abrangente e constante do cenário.

Entre as ***atribuições*** do CCCO estão a coleta e análise contínua de dados, a identificação e o acompanhamento de potenciais ameaças ou comportamentos inadequados, a gestão do fluxo de pessoas para evitar aglomerações perigosas, e a alocação eficiente de recursos humanos (vigilantes, policiais, bombeiros, equipes médicas) e materiais.

O CCCO também é responsável por documentar ocorrências, registrar evidências e fornecer subsídios para futuras análises ou ações legais.

As **situações críticas de acionamento** do CCCO são aquelas que exigem uma resposta rápida e coordenada para evitar escaladas ou controlar danos. **Exemplos incluem:** tumultos ou brigas generalizadas nas arquibancadas ou arredores; emergências médicas que demandem evacuação ou atendimento especializado; detecção de artefatos suspeitos; focos de incêndio; tentativas de invasão massiva de campo; ou qualquer incidente que comprometa a integridade física do público, jogadores ou profissionais.

Nesses momentos, o CCCO se torna o epicentro da gestão de crises, orquestrando as ações das diferentes forças para restabelecer a ordem e a segurança.

IMPORTANTE: O vigilante deve ter total compreensão da cadeia de comando e informação, para saber agir conforme os procedimentos entabulados no projeto de segurança elaborado pelo gestor em segurança privada e implementado pelo vigilante supervisor.

13. O CENTRO DE COMANDO E CONTROLE DE OPERAÇÕES (CCCO)

O controle de acesso é um aspecto fundamental na segurança de eventos, garantindo que apenas pessoas autorizadas tenham acesso ao local. Nesta seção, exploramos os principais conceitos e práticas relacionadas ao controle de acesso, fornecendo exemplos práticos para facilitar a compreensão.

13.1 NECESSIDADE DE PLANO DE SEGURANÇA

O controle de acesso é essencial para prevenir incidentes de segurança, como invasões, furtos e conflitos entre participantes. Além disso, ajuda a manter a ordem e a organização no evento, garantindo uma experiência segura e agradável para todos.



13.2 VARREDURA PRÉ-EVENTO: A BASE DA SEGURANÇA

Antes mesmo da abertura dos portões, uma etapa crucial é a varredura dos locais do evento. Essa avaliação detalhada e em tempo hábil permite identificar e corrigir potenciais vulnerabilidades de segurança.

Muitas vezes, essa varredura conta com o apoio dos órgãos públicos de segurança, realizando um trabalho conjunto. Devem ser estabelecidos procedimentos padrões para casos de ocorrências de artefatos explosivos ou outras situações que possam interferir na segurança. Somente após a conclusão e aprovação das varreduras, os procedimentos de acesso ao local são liberados, assegurando que o ambiente esteja livre de ameaças iniciais.

13.3 PROCEDIMENTO PADRÃO EM OCORRÊNCIAS DE ARTEFATO EXPLOSIVO

Em caso de suspeita ou ocorrência confirmada de artefato explosivo em um evento, o procedimento padrão exige ações imediatas e coordenadas:

Primeiramente, o local deve ser **isolado e evacuado** rapidamente, estabelecendo um perímetro de segurança seguro para afastar o público e o pessoal não essencial do perigo iminente. É crucial **nunca tocar, mover ou manusear** o objeto suspeito, pois isso pode desencadear sua detonação.

A equipe de segurança deve **acionar imediatamente as forças de segurança pública especializadas** – como o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) ou equipes antibombas da Polícia Federal – informando com precisão a localização, a descrição do objeto e quaisquer detalhes relevantes observados.

Até a chegada das equipes especializadas, a área deve ser mantida sob observação a uma distância segura, controlando o acesso e aguardando as instruções dos profissionais capacitados para o manejo de explosivos.

13.4 TIPOS DE CONTROLE DE ACESSO

Existem dois principais tipos de controle de acesso:

Controle de Acesso Físico

Refere-se ao controle de entrada e saída de pessoas do local do evento. Isso pode ser feito por meio de portões de entrada e saída, cadeiras ou cordas de isolamento, identificação de participantes (crachás, pulseiras, etc.) e verificação de identidade (documentos, etc.).

Controle de Acesso Lógico

Refere-se ao controle de acesso a áreas específicas dentro do evento, como Áreas VIP, áreas de bastidores e setores de serviço.

13.5 TÉCNICAS E TÁTICAS APLICADAS NO CONTROLE DE ACESSO FÍSICO

A execução do controle de acesso envolve diversas técnicas e táticas, demandando atenção e discernimento do vigilante:

a) Verificação de Identidade: conferência de documentos como RG ou passaporte, para garantir que a pessoa seja quem diz ser.

b) Crachás e Pulseiras: uso de identificadores visíveis para distinguir entre participantes autorizados e não autorizados.

c) Listas de Controle: manutenção de listas de convidados, funcionários e outros autorizados para verificar a identidade e autorização de entrada.

d) Revista Pessoal: Pode ser uma revista rápida (visual ou por detectores de metal manuais) ou uma revista rigorosa, dependendo do nível de ameaça e das regras do evento, realizada sempre com respeito e por profissional do mesmo sexo.

e) Revista de Pertences: Inclui a inspeção de bolsas, malas e mochilas, bem como veículos leves e caminhões de entrega e serviços, para impedir a entrada de itens proibidos.

f) Revista de Equipes de Apoio: A inspeção se estende às equipes de produção, staff e seus equipamentos, garantindo que todos os envolvidos operem dentro das normas de segurança.

g) Agilização do Acesso: Adoção de métodos eficientes, como múltiplos pontos de entrada, sinalização clara e equipes bem treinadas, para evitar longas filas e aglomerações.

h) Barreiras Físicas: Utilização estratégica de barreiras como gradis e cones para coordenar e controlar o fluxo de pessoas de forma segura.

i) Controle de Acesso de Pessoas com Deficiência: Garantir acessibilidade e procedimentos facilitados, mas seguros, para pessoas com deficiência.

j) Controle de Acesso de Pessoas com Porte de Arma: Procedimentos específicos e rigorosos, em conformidade com a Lei nº 10.826/2003, decretos e Instruções Normativas da Polícia Federal e outros órgãos de segurança, para identificar e gerenciar a presença de indivíduos legalmente armados, evitando conflitos de segurança no evento.



13.6 IMPORTANTE: CONTROLE DE ACESSO DE PESSOAS COM PORTE DE ARMA EM EVENTOS

O controle de acesso de pessoas com porte de arma em eventos é um dos pontos mais sensíveis e complexos para a segurança, gerando problemas específicos e de alta criticidade.

Primeiro

A identificação e verificação da legalidade do porte. Não é trivial distinguir rapidamente um cidadão legalmente armado de um indivíduo que porta uma arma de forma ilícita, exigindo checagem minuciosa de documentos como registro de arma e porte, muitas vezes em bases de dados que podem não estar prontamente acessíveis no ponto de entrada do evento, atrasando o fluxo e criando gargalos.

Segundo

A custódia da arma durante o evento: permitir a entrada com a arma pode elevar o risco de incidentes (disparos acidentais, uso em brigas) ou gerar desconforto generalizado entre outros participantes. Exigir o armazenamento, por outro lado, implica em responsabilidade pela guarda, exigindo um local seguro e um protocolo de registro e devolução que garanta a integridade da arma e a confiança do proprietário, levantando questões de logística e responsabilidade civil.



Terceiro

O impacto na percepção de segurança e no ambiente geral do evento. A mera presença visível de armas, mesmo que legais, pode alterar a dinâmica do público, aumentar a ansiedade e, paradoxalmente, atrair a atenção indesejada de criminosos que poderiam tentar furtar a arma.

Para mitigar esses desafios, as soluções devem ser bem planejadas PELO GESTOR EM SEGURANÇA PRIVADA e rigorosamente executadas.

- **Primeiramente**, é crucial estabelecer um ponto de triagem exclusivo e altamente especializado para indivíduos com porte de arma. Neste ponto, equipes de segurança (ou forças policiais) devem realizar a verificação completa da documentação, consultando bases de dados oficiais (como o SINARM ou SIGMA, se houver convênio para tal) para confirmar a legalidade do porte e do registro da arma.

- **Segundo**, a implementação de um protocolo rigoroso de custódia e armazenamento seguro. Deve-se oferecer um guarda-volumes blindado e monitorado, onde a arma, de preferência desmuniciada, seja lacrada e depositada sob recibo detalhado, com identificação segura para sua retirada exclusiva pelo proprietário. Este procedimento deve ser ágil para não gerar longas esperas.

- **Terceiro**, é essencial que a política do evento sobre porte de armas seja clara, previamente comunicada e consistentemente aplicada. Informar aos portadores de arma sobre a política de armazenamento ou restrição de porte antes do evento (via canais de comunicação, ingresso) minimizar surpresas e conflitos na entrada, e a capacitação da equipe de segurança para lidar com essas situações de forma respeitosa, mas firme, é fundamental para garantir a ordem e a segurança sem gerar atritos desnecessários.

IMPORTANTE: É fundamental que o profissional de Segurança Privada faça a distinção sobre o porte de arma em eventos, considerando:

- O controle de acesso de pessoa com porte de arma para defesa pessoal (porte comum);
- O controle de acesso de pessoa com o porte de arma funcional;
- O controle de acesso de pessoa com porte de arma funcional com requisitos extra.

13.6.1 I. CONTROLE DE ACESSO DE PESSOAS COM PORTE DE ARMA PARA DEFESA PESSOAL (PORTE COMUM)

Este controle aplica-se ao cidadão que possui autorização da Polícia Federal para portar arma visando sua defesa pessoal. Para este grupo, o controle de acesso é rigoroso, seguindo os seguintes critérios:

1. Identificação e Legalidade:

É indispensável a verificação minuciosa do documento de porte e do registro da arma (SINARM). A equipe deve estar capacitada para identificar documentos oficiais e evitar fraudes.

2. Restrição de Permanência:

Conforme o Art. 51 do Decreto nº 11.615/2023, o titular de porte para defesa pessoal não pode adentrar ou permanecer com a arma em locais onde haja aglomeração de pessoas em decorrência de eventos de qualquer natureza.

3. Protocolo de Custódia:

O evento deve oferecer um ponto de triagem especializado, podendo disponibilizar local de armazenamento seguro (guarda-volumes monitorado). Caso seja armazenada no local de evento, a arma deve ser lacrada e depositada sob recibo detalhado.

Referência: Decreto nº 11.615/2023.

Art. 51. O titular de porte de arma de fogo para defesa pessoal concedido nos termos do disposto no art. 10 da Lei nº 10.826, de 2003, não poderá conduzi-la ostensivamente ou com ela adentrar ou permanecer em locais públicos, como igrejas, escolas, estádios desportivos, clubes, agências bancárias ou outros locais onde haja aglomeração de pessoas em decorrência de eventos de qualquer natureza.

§ 1º A inobservância ao disposto neste artigo implicará a cassação do porte de arma de fogo e a apreensão da arma pela autoridade competente, que adotará as medidas legais pertinentes.

§ 2º O disposto no § 1º aplica-se na hipótese de o titular do porte de arma de fogo portar o armamento em estado de embriaguez ou sob o efeito de drogas ou de medicamentos que provoquem alteração do desempenho intelectual ou motor.

13.6.2 II. CONTROLE DE ACESSO DE PESSOAS COM PORTE DE ARMA FUNCIONAL

Diferente do cidadão comum, certas autoridades possuem porte de arma garantido por lei em razão do cargo, independente da comprovação de estar em serviço ou a ordem de missão policial.

Quanto ao tema, citem-se, a título de exemplo, algumas previsões claras da Lei nº 10.826/2003:

> ***Art. 6º*** *É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para:*
> ***I – os integrantes das Forças Armadas*** *(ver art. 53, § 2º e § 3º, do Decreto nº 11.615/ 2023);*
> ***II - os integrantes de órgãos referidos nos incisos I, II, III, IV e V do caput do art. 144*** *da Constituição Federal e os* ***da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP);***
> *[...]*
> *V – os* ***agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência*** *e os agentes do Departamento de Segurança do* ***Gabinete de Segurança Institucional*** *da Presidência da República;*
> *VI – os integrantes das* ***polícias legislativas*** *referidas no art. 27, § 3º, no art. 51, inciso IV, e no art. 52, inciso XIII, da Constituição Federal;*
> *[...]*
> *X - integrantes das Carreiras de* ***Auditoria da Receita Federal*** *do Brasil e de* ***Auditoria-Fiscal do Trabalho****, cargos de Auditor-Fiscal e Analista Tributário.*

Por seu turno, a Constituição (CRFB) prevê:

> *Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:*
>
> ***I - polícia federal;***
>
> ***II - polícia rodoviária federal;***
>
> ***III - polícia ferroviária federal;***
>
> ***IV - polícias civis;***
>
> *V - polícias militares e corpos de bombeiros militares (ver art. 53, § 5º, do Decreto nº 11.615/ 2023).*

13.6.3 III. CONTROLE DE ACESSO COM REQUISITOS EXTRAS (PORTE FUNCIONAL CONDICIONADO)

Existem categorias que possuem porte funcional, mas que dependem de requisitos específicos ou regulamentação posterior para o exercício desse direito em eventos:

Guardas Municipais:

O porte depende das condições estabelecidas no regulamento da lei e na legislação estadual ou municipal específica.

Polícia penal e Guardas Portuárias:

Possuem regramentos próprios de porte que devem ser validados no planejamento do evento.

Segurança Privada:

Vigilantes só podem portar armas quando em serviço. A arma é de propriedade da empresa, e o porte é vinculado ao posto de trabalho. Fora de serviço, o vigilante não possui direito a portar a arma da empresa.

CACs (Caçadores, Atiradores e Colecionadores):

Em regra, o porte de trânsito é destinado exclusivamente ao trajeto entre a residência e o local de treinamento/competição, com a arma desmuniciada. O CAC não possui porte de arma para defesa pessoal, ou seja, não poderá portar arma de fogo de seu acervo para acesso a eventos.

Servidores do Judiciário e Ministério Público:

O porte é exclusivo para servidores em funções de segurança, conforme regulamentação do CNJ ou CNMP.



13.7 TÉCNICAS E TÁTICAS APLICADAS NO CONTROLE DE ACESSO FÍSICO

O controle de acesso também se estende à vigilância contínua dentro do evento, com ações preventivas e, quando necessário, repressivas:

- **Balizamento e Monitoramento:** Controle de acesso às bilheterias, monitoramento preventivo do local do evento e prevenção contra invasão ao campo ou outras áreas restritas.
- **Observação do Público:** Segurança preventiva através da observação constante do comportamento do público e monitoramento do comércio informal.
- **Identificação de Riscos:** Capacidade de identificar objetos e substâncias proibidas, bem como práticas de burlas do público ao sistema de controle.
- **Apoio a Registros:** Dar apoio para o registro de fatos e ocorrências, fornecendo informações claras e precisas.
- **Intervenção Repressiva Rápida:** Habilidade para realizar intervenções rápidas e direcionadas para reforçar a segurança em pontos críticos, e para a imobilização, condução e registro de ocorrência de indivíduos que cometam ilícitos.

13.8 EQUIPAMENTOS E MATERIAIS UTILIZADOS NO CONTROLE DE ACESSO

A tecnologia é uma aliada fundamental, incluindo catracas, bastões detectores de metal, sensores, aparelhos de raio X, sistemas de identificação facial e digital, além dos tradicionais crachás, pulseiras e convites. A radiocomunicação eficiente é indispensável para garantir a comunicação rápida entre as equipes, permitindo soluções imediatas para qualquer problema de acesso.

IMPORTANTE: O controle de acesso é uma medida crítica para garantir a segurança e a ordem em eventos. É fundamental que os profissionais de segurança estejam preparados para implementar e gerenciar o controle de acesso de forma eficaz, utilizando técnicas, táticas e ferramentas adequadas para cada situação.

14. GERENCIAMENTO DE PÚBLICO:
FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES DO VIGILANTE EM EVENTOS

Compreender o **gerenciamento de público** é essencial para o sucesso de qualquer evento. Não se trata apenas de reagir a incidentes, mas de **atuar proativamente** em cada etapa. Isso envolve uma série de funções e responsabilidades que demandam atenção, discernimento e profissionalismo, visando garantir a segurança, organização e satisfação de todos os participantes. Sua atuação é a linha de frente para um evento sem contratempos.

14.1 FUNÇÕES CRUCIAIS DO VIGILANTE ANTES, DURANTE E APÓS O EVENTO

Antes do Evento

a) Observação Prévia e Conhecimento do Terreno: Sua participação é vital na análise detalhada do local. Isso inclui identificar rotas de fuga, pontos de aglomeração, gargalos, localização de brigadas de incêndio e postos médicos. Compreender a geografia do evento permite antecipar riscos e posicionar-se estrategicamente.

b) Apoio em Isolamentos e Reserva de Local: O vigilante tem um papel ativo na montagem e manutenção dos isolamentos, como grades e cordões, para delimitar áreas de estacionamento para delegações, atletas, artistas ou organizadores. É sua responsabilidade garantir que apenas pessoas autorizadas acessem essas áreas restritas, conforme o plano de segurança.

c) Controle no Credenciamento de Imprensa: No ponto de credenciamento, você será o primeiro filtro, verificando as credenciais da imprensa e direcionando os profissionais autorizados para as áreas designadas, impedindo acessos indevidos que possam comprometer a privacidade ou a segurança.



Durante o Evento

a) Recepção e Escolta Qualificada: Você pode ser responsável pela recepção e escolta de personalidades, delegações ou árbitros. Isso exige não apenas a proteção física, mas também conhecimento das rotas internas e um tratamento cordial, garantindo a chegada segura aos seus destinos.

b) Recepção e Orientação dos Frequentadores: No controle de acesso principal, sua função é recepcionar e orientar o público de forma clara e objetiva, fornecendo informações sobre o evento, localização de banheiros, saídas de emergência e auxiliando na organização das filas para agilizar a entrada. Uma boa primeira impressão contribui para a experiência do público e a prevenção de conflitos.

c) Direcionamento e Apoio a Autoridades: Você deve estar apto a identificar e direcionar autoridades nos diversos níveis, garantindo que tenham acesso facilitado e seguro, sempre com o devido respeito e conformidade com os protocolos estabelecidos.

d) Proteção de Áreas Restritas e Perímetros Críticos: Esta é uma de suas responsabilidades primordiais. Vigiar e controlar rigorosamente o acesso a áreas como camarins, vestiários, áreas VIP e, especialmente em eventos esportivos, o gramado. Sua presença inibe invasões e garante a integridade desses espaços.

e) Monitoramento Ativo do Comportamento dos Frequentadores: Mantenha uma vigilância constante e atenta. Observe o comportamento do público para identificar sinais de agitação, conflitos, embriaguez excessiva ou outras atitudes suspeitas, comunicando à central e agindo preventivamente para desescalar situações antes que se tornem um problema maior.

Após o Evento

a) Encerramento Organizado e Seguro: No processo de saída, você será fundamental para coordenar o fluxo de público, garantindo que o esvaziamento do local ocorra de forma segura e ordenada, evitando aglomerações e pânico.

b) Apoio na Desmobilização e Segurança Final: Npós a saída do público, sua função pode incluir a vigilância das instalações durante a desmobilização de equipamentos e equipes, garantindo que o local seja deixado em condições seguras e que não haja furtos ou danos.

14.2 FUNÇÕES ALUSIVAS À PROTEÇÃO DAS INSTALAÇÕES

Sua vigilância não cessa, pois você também é responsável por implementar medidas de segurança contínua para proteger as instalações do evento antes, durante e após, controlando o acesso a equipamentos, estruturas e bens, evitando vandalismo ou furtos.

IMPORTANTE: O gerenciamento de público em eventos é uma tarefa multifacetada, e o vigilante é o elo essencial para seu sucesso. Ao dominar essas funções e responsabilidades, você não apenas garante a segurança, mas também contribui para uma experiência organizada e memorável para todos. Sua capacitação e proatividade são as chaves para atuar com excelência.

15. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS RELACIONADOS À SEGURANÇA EM EVENTOS

No universo da segurança de eventos, o vigilante atua como um elo vital na manutenção da ordem, tendo sua conduta pautada pelos **princípios constitucionais** que salvaguardam os direitos individuais.

a) A legalidade (art. 5º, II) é a espinha dorsal, ditando que toda e qualquer ação do vigilante deve estar estritamente conforme a Lei nº 14.967/2024 e demais normas regulamentares; por exemplo, uma revista para identificação de itens proibidos deve seguir um protocolo estabelecido pela lei e pela organização do evento, não ao critério individual do vigilante que pode gerar interpretação a partir de suas crenças. Isso evita abusos e garante a legitimidade da intervenção.Quanto mais apego a procedimentos legais, menor a chance de haver alegações de abuso de poder e autoridade.

b) O princípio da igualdade (art. 5º, caput) garante que o tratamento dispensado pelo vigilante seja o mesmo para todos os participantes, sem distinção de raça, gênero, condição social ou orientação sexual. As regras de acesso, permanência e conduta devem ser aplicadas de forma justa e imparcial a qualquer indivíduo.

c) A inviolabilidade da intimidade, honra e imagem (art. 5º, X) impõe que, mesmo em procedimentos de segurança, como revistas pessoais, a dignidade seja preservada, realizando-as de forma discreta, em local adequado e por profissional do mesmo sexo, evitando exposição desnecessária ou humilhação pública.

d) A liberdade de locomoção (art. 5º, XV), embora possa ser regulamentada dentro do evento para organizar o fluxo de pessoas e evitar aglomerações, não pode ser cerceada de forma arbitrária; o vigilante deve direcionar e facilitar a movimentação segura, mas sem impedir saídas ou acessos a áreas permitidas sem justificativa.

e) O direito de reunião (art. 5º, XVI) e de associação (art. 5º, XVII) deve ser respeitado, sendo papel do vigilante zelar para que essas manifestações ocorram de forma pacífica e segura, sem interferir na sua existência.

f) A propriedade (art. 5º, XXII) do participante deve ser respeitada, evitando-se a retenção indevida de bens pessoais (como telefones, bolsas, câmeras, etc.) de forma indevida ou arbitrária. Em situações onde um item é proibido pelo regulamento do evento por exemplo, garrafas de vidro, a ação correta é impedir sua entrada ou, criar política de orientar o participante sobre opções de guarda temporária fora do perímetro do evento ou descarte voluntário, nunca a apropriação ou destruição do bem sem consentimento, exceto em flagrante de ilícito onde a autoridade policial deve ser acionada imediatamente.

g) O princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII) significa que o vigilante não "julga"; ele observa, reporta e, em caso de flagrante delito, detém o indivíduo para entrega às autoridades competentes, respeitando sua **liberdade** (art. 5º, LXI). Se houver necessidade de retenção, esta deve ser breve e justificada, respeitando os **direitos do preso** (art. 5º, LXIII), garantindo sua integridade física e moral até a chegada da polícia.

h)Habeas Corpus (art. 5º, LXVIII): o vigilante tem o dever de proteger, mas não pode privar ninguém de sua liberdade ilegalmente. Sua conduta deve ser sempre em auxílio à segurança e em consonância com o ordenamento jurídico, harmonizando a segurança do evento com o respeito aos direitos fundamentais de todos.Uma pessoa só pode ser presa por ordem judicial ou em flagrante delito.

16. TIPOS PENAIS MAIS COMUNS EM SEGURANÇA DE EVENTOS

No universo da segurança de eventos, o vigilante atua em constante interface com a lei penal, exigindo profundo conhecimento dos tipos penais e do Direito Processual Penal para uma atuação eficaz e legal.

a) Compreender o **conceito de crime** é fundamental, exigindo do vigilante a clara distinção entre a **tentativa** e a **consumação**. A **tentativa** ocorre quando o agente inicia a execução de um crime, mas não o conclui por circunstâncias alheias à sua vontade – por exemplo, um indivíduo tentando arrombar um armário de guarda-volumes no evento, sendo flagrado antes de conseguir subtrair qualquer bem. Já a **consumação** se dá quando o crime atinge sua finalidade, como o efetivo furto do objeto guardado. Essa diferenciação é crucial para o vigilante ao relatar a ocorrência e acionar as autoridades, pois impacta diretamente a tipificação penal e as próximas ações.

b) Crime doloso (com intenção ou assumindo o risco de produzir o resultado proibido por lei) e **culposo** (sem intenção, por imprudência, negligência ou imperícia, ex: uma pessoa que, desatenta, derruba algo causando lesão corporal leve).

c) A atuação do vigilante, que pode ser enquadrada com um tipo penal, exemplo lesão corporal decorrente de uma imobilização, pode ser justificada por **excludentes de ilicitude**, como a **legítima defesa** (intervir para proteger a si ou a terceiros de injusta agressão), o **estrito cumprimento do dever legal e o exercício regular do direito** (agir conforme a lei e os regulamentos da profissão ao realizar uma revista, por exemplo).

d) É fundamental lembrar da **maioridade penal**: menores de 18 anos são inimputáveis e devem ser encaminhados às autoridades competentes (Conselho Tutelar ou Polícia Especializada), não respondendo criminalmente como adultos. Em eventos é comum haver incidentes com a participação de adolescentes. Deve haver procedimentos claros quanto a esta previsível ocorrência.

e) A correta identificação da **autoria** (quem executa o ato principal), **coautoria** (quem age em conjunto com o autor) e **participação** (quem contribui sem executar diretamente, como fornecer cobertura durante um furto) é crucial. Essa distinção, detalhada no relato às autoridades, otimiza a investigação e a individualização das responsabilidades criminais.

f) Crimes comuns em eventos incluem **furto** (subtração de bens sem violência, ex: carteira de bolso) e **roubo** (subtração com violência ou grave ameaça, ex: assalto com faca).

g) O vigilante deve intervir para cessar **lesões corporais e ameaças**, ou deter autores de **dano** (vandalismo).

h) É crucial evitar o **constrangimento ilegal** (privar alguém de sua liberdade sem justa causa, como segurar alguém sem flagrante) ou **sequestro/cárcere privado.**

i) Se houver resistência à sua atuação legal **(resistência, desobediência ou desacato)**, o vigilante deve registrar e acionar a polícia.

j) No campo processual, a **prisão em flagrante** é uma das maiores responsabilidades do vigilante: qualquer pessoa, ao flagrar um crime, pode dar voz de prisão e conduzir o indivíduo à autoridade policial.

l) A ação do vigilante, desde a observação inicial até a preservação do local e a coleta de dados primários, além da identificação de envolvidos, fornece as evidências iniciais **cruciais para embasar o inquérito policial subsequente**, otimizando a apuração dos fatos e a responsabilização criminal.

m) A vigilância atenta a condutas suspeitas pode inclusive ajudar a identificar **associação criminosa**, reportando grupos que agem em conjunto nos eventos para cometer ilícitos. O conhecimento desses preceitos permite ao vigilante agir com segurança jurídica, protegendo o evento e os participantes.

n) A apropriação indébita (art. 168 do Código Penal) ocorre quando alguém se apropria de um bem móvel que lhe foi entregue legitimamente (ex: um participante que não devolve um equipamento alugado do evento ou um crachá provisório).

o) O estelionato (art. 171 do Código Penal) envolve a obtenção de vantagem ilícita por meio de fraude ou ardil (ex: venda de ingressos falsos, golpes com máquinas de cartão em barracas).

p) A receptação (art. 180 do Código Penal) configura-se pela aquisição, recebimento ou transporte de coisa que se sabe ser produto de crime (ex: alguém dentro do evento tentando vender celulares roubados).

q) Por fim, a **corrupção ativa** (art. 333 do Código Penal) é quando se oferece ou promete vantagem indevida a funcionário público (ou, no contexto privado, a um vigilante, se equiparado a função de fiscalização, para que omita um ato de ofício, ex: oferecer dinheiro para ter acesso a uma área restrita).

O reconhecimento desses crimes capacita o vigilante a identificar condutas criminosas diversas e agir proativamente, acionando as autoridades competentes.

17. TIPOS PENAIS MAIS COMUNS EM SEGURANÇA DE EVENTOS

No dinâmico universo da segurança de eventos, o vigilante transcende a mera função de proteção patrimonial; ele é um guardião dos Direitos Humanos e Princípios Fundamentais, atuando como a primeira linha de defesa contra o preconceito e a discriminação de qualquer espécie, conforme reforçado pelo princípio da dignidade da pessoa humana descrito na política de segurança privada.

a) Arcabouço Legal e Direitos Fundamentais: A evolução histórica e histórico-constitucional dos direitos humanos no Brasil solidificou um arcabouço legal que eleva a **proibição de tortura** (Art. 5º da Constituição e Lei nº 9.455/97) e o respeito aos direitos da pessoa detida a um patamar inegociável. Para o vigilante, isso significa que, mesmo em uma prisão em flagrante, é vedada qualquer forma de sevícia ou tratamento desumano e degradante. A **responsabilidade civil objetiva e subjetiva** em caso de tortura ou tratamento desumano, inclusive no contexto de segurança privada, é severa e punível.

ATENÇÃO: A responsabilidade objetiva recai sobre a empresa de segurança, independentemente de culpa, pelos atos de seus prepostos (vigilantes); enquanto a responsabilidade subjetiva incide sobre o próprio vigilante que agiu com dolo ou culpa (intenção ou negligência/imprudência) no ocorrido.

b) Direitos Processuais e Preservação da Dignidade: O vigilante deve sempre respeitar o **direito ao silêncio** e o **princípio da presunção de inocência**. Uma revista por item proibido, por exemplo, não pode ser acompanhada de coação para confissão. Da mesma forma, a **prisão e o direito à imagem** impõem que um indivíduo detido não seja humilhado ou exposto indevidamente à curiosidade pública ou mídias sociais. Evitar que se filme uma abordagem, por exemplo, protege a imagem da pessoa envolvida.

c) Prevenção e repressão à Violência Contra a Mulher: Um papel crucial do vigilante é a prevenção e reprimi a violência contra a mulher. Cientes da **Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06)** e do **Feminicídio (Lei nº 13.104/15)**, vigilantes devem estar aptos a reconhecer e intervir diante dos **tipos de violência** (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral). Por exemplo, se uma mulher está sendo agredida física ou verbalmente em um evento, o vigilante deve intervir imediatamente, protegê-la e acionar as autoridades, não ignorar ou subestimar a situação.

d) Direitos de Crianças, Adolescentes e Pessoas Idosas: Adicionalmente, o conhecimento das noções básicas dos **direitos das crianças e adolescentes (Lei nº 8.069/90 – ECA)** e dos **direitos da pessoa idosa (Lei nº 10.741/03 – Estatuto do Idoso)** é imperativo. O vigilante deve proteger menores em situação de vulnerabilidade (ex: uma criança perdida no evento) e auxiliar idosos que necessitem de apoio, garantindo que não sofram negligência ou maus-tratos.

e) Dever de Coibir Outras Formas de Discriminação: O vigilante tem o dever categórico de coibir qualquer manifestação de discriminação, garantindo um ambiente seguro e acolhedor para todos. Isso engloba:

- **I - Discriminações Etárias:** Intervir quando houver tratamento depreciativo ou restrições injustificadas baseadas na idade, seja contra pessoa idosa (ex: impedimento de acesso a áreas sem justificativa de segurança ou capacidade física) ou jovens (ex: subestimar sua capacidade ou tratá-los com preconceito por sua aparência).
- **II - Xenofobia:** Reprimir atitudes hostis ou preconceituosas contra estrangeiros, como comentários depreciativos ou recusa de atendimento devido à sua nacionalidade.
- **III - Discriminação em razão da Religião:** Assegurar que todos possam exercer sua fé pacificamente, impedindo atos como zombarias de vestimentas religiosas ou proibições injustificadas de símbolos.
- **IV - Discriminação de Classe Social:** Garantir tratamento igualitário a todos os frequentadores do evento, independentemente de sua condição socioeconômica, coibindo atitudes como tratamento diferenciado ou comentários pejorativos.
- **V - Discriminação Racial:** Atuar firmemente contra ofensas ou exclusões motivadas por raça ou cor, lembrando que o racismo é crime inafiançável e imprescritível (ex: se um indivíduo é alvo de xingamentos racistas, o vigilante deve intervir, acionando de imediato autoridades policiais).
- **VI - Discriminação em Razão da Orientação Sexual e Suas Consequências:** É fundamental que o vigilante compreenda as sérias consequências materiais e psíquicas da discriminação baseada na orientação sexual, que infelizmente ainda ocorrem em eventos.

f) Consequências Materiais: Podem incluir a recusa indevida de entrada, expulsão arbitrária do local, prejuízo financeiro (ex: ao adquirir um ingresso e ser impedido de usufruir do evento por sua orientação sexual), ou até mesmo danos a pertences pessoais.

g) Consequências Psíquicas: O indivíduo discriminado pode experimentar humilhação profunda, ansiedade aguda, medo de retaliação ou agressão, isolamento social no evento, estresse pós-traumático e um sentimento avassalador de insegurança e desvalorização. Tais experiências (ex: xingamentos homofóbicos, olhares de desprezo, negação de serviço ou agressão física) podem gerar impacto duradouro na saúde mental da vítima.

Seja por xingamentos homofóbicos, olhares de desprezo, negação de serviço ou mesmo agressão física, o vigilante deve intervir proativamente. Ele tem o dever de cessar o ato discriminatório, garantir a segurança da vítima e reportar o incidente imediatamente às autoridades competentes e à gestão do evento, reforçando o compromisso com um ambiente inclusivo e de respeito mútuo.

IMPORTANTE: O vigilante, portanto, é um agente de segurança que, ao proteger o evento, protege intrinsecamente a dignidade humana, a igualdade e o respeito a todos, agindo sempre conforme a lei e os mais elevados padrões éticos.

18. GESTÃO DE MULTIDÕES NA SEGURANÇA DE EVENTOS

A **Gestão de Multidões** é um pilar essencial na segurança de eventos, visando a prevenção de incidentes e a manutenção da ordem. O vigilante, nesse contexto, deve dominar conceitos e técnicas para lidar com agrupamentos humanos de forma eficaz e segura, garantindo a integridade de todos.



18.1 CONCEITO DE MULTIDÃO, CARACTERÍSTICAS E DIFERENÇA DE TRATO COM MULTIDÃO E PÚBLICO EM GERAL

Multidão:

É um aglomerado de pessoas que compartilham um espaço físico, muitas vezes com um objetivo comum, mas que podem apresentar comportamentos imprevisíveis. Pode ser homogênea (torcida organizada) ou heterogênea (público de festival). Em eventos, a multidão é mais densa, enquanto o público em geral é mais disperso, permitindo abordagens mais individualizadas.

Exemplo:

Em um show, a pista de dança forma uma multidão compacta, exigindo estratégias de controle de massa, enquanto a área de alimentação pode ser considerada público em geral, com foco na orientação individual.

AÇÃO DO VIGILANTE

Adote comunicação clara e visível para o controle do fluxo da multidão. Para o público em geral, a abordagem pode ser mais direta e pessoal.

18.2 USO SELETIVO DA FORÇA NA SEGURANÇA DE EVENTOS

É um princípio fundamental na atuação do vigilante, delineando a aplicação da força de forma gradual e proporcional à resistência oferecida pelo indivíduo.

Seu objetivo primordial é a resolução da situação com a menor lesão possível, pautando-se sempre na legalidade, necessidade e razoabilidade da ação. Este conceito é um continuum, onde a resposta do vigilante deve escalar apenas **quando a resistência do indivíduo aumenta**, e deve desescalar tão logo a resistência diminua.

Isso garante que a força empregada seja sempre a mínima indispensável para obter o controle, proteger as pessoas e manter a ordem, sendo um processo dinâmico que exige avaliação constante da situação.

A decisão de empregar qualquer nível de força deve ser ancorada em justificativas legais claras, como a legítima defesa, a defesa de terceiros ou o cumprimento das atribuições de segurança.

A necessidade da intervenção se manifesta quando não há meios menos invasivos disponíveis para gerenciar a situação, e a razoabilidade assegura que a força aplicada seja compatível com a ameaça apresentada. O objetivo final é sempre restaurar a calma e a segurança, evitando danos desnecessários.

Exemplo 1:

Um vigilante orienta verbalmente um indivíduo que tenta ultrapassar uma barreira de segurança. Se a verbalização não funcionar e o indivíduo insistir em avançar, pode haver a necessidade de um contato físico brando para contê-lo antes de uma imobilização, sempre respeitando a proporcionalidade da ameaça.

AÇÃO DO VIGILANTE 1

Comece sempre pela verbalização, aumentando a força gradualmente apenas se houver resistência e mantendo a proporção entre a ameaça e a resposta. Registre detalhadamente qualquer uso de força para justificar a proporcionalidade da ação.

Exemplo 2:

Um frequentador, visivelmente embriagado e agressivo, recusa-se a sair de uma área restrita após ser solicitado verbalmente, empurra o vigilante e tenta iniciar uma briga. Após a verbalização e a tentativa de afastamento físico brando falharem, o vigilante pode aplicar uma técnica de controle que imobilize os braços do indivíduo de forma segura, conduzindo-o para fora da área de conflito. Isso é feito com o objetivo de proteger a si mesmo e a terceiros, e de evitar o agravamento da situação, sem recorrer a meios mais agressivos do que o estritamente necessário para o controle.

AÇÃO DO VIGILANTE 2

Monitore continuamente o nível de resistência do indivíduo e esteja pronto para desescalar a força assim que a situação permitir ou a resistência cessar. Priorize técnicas de controle que garantam a segurança da vítima e do próprio vigilante, minimizando o potencial de lesão, e lembre-se de que cada intervenção deve ser documentada minuciosamente.

IMPORTANTE: Em situações que exigem o uso da força, a **ação em equipe é primordial**. Vigilantes devem atuar de forma coordenada, utilizando técnicas de contenção, imobilização e verbalização em conjunto.

Por exemplo, enquanto um vigilante mantém o diálogo e comanda verbalmente (técnica A), outro pode realizar uma abordagem tática para imobilização (técnica B), e um terceiro pode garantir a segurança do perímetro ou acionar o apoio (técnica C), dividindo as tarefas para uma intervenção mais segura e eficaz.

18.3 TÉCNICAS DE IMOBILIZAÇÃO E CONDUÇÃO DE DETIDOS

Métodos seguros e padronizados para controlar e mover um indivíduo que oferece resistência ou foi detido, minimizando riscos para todas as partes envolvidas e prevenindo lesões.

Exemplo:

Após a detenção de um indivíduo alterado que apresentava riscos a terceiros, o vigilante aplica uma técnica de imobilização controlada (ex: torção de braço ou chave de segurança) para conduzi-lo a um local seguro, aguardando a chegada da polícia, sem causar lesões desnecessárias.

IMPORTANTE: Utilize sempre técnicas treinadas para garantir a segurança do detido e do próprio vigilante. Mantenha a calma e evite gestos que possam ser interpretados como agressão excessiva.

18.4 DEFESA CONTRA AGRESSÃO DE INSTRUMENTOS LESIVOS À INTEGRIDADE FÍSICA

Habilidades e procedimentos para proteger a si e a terceiros contra ataques com objetos perigosos (garrafas, facas, cacos de vidro, madeira, etc.) que possam causar dano físico.

Exemplo:

Um vigilante utiliza técnicas de desarmamento ou desvio (ex: uso da tonfa para bloquear ou afastar o agressor) para neutralizar um indivíduo portando uma arma branca, protegendo os frequentadores e a si mesmo.

IMPORTANTE: Priorize a segurança dos frequentadores, isolando a ameaça e buscando a desescalada. Mantenha a distância de segurança e acione o reforço E AGUARDE, quando possível, antes de qualquer intervenção direta sozinho. Em eventos, a regra é ação de abordagem por equipe.

18.5 TÉCNICAS DE CONTENÇÃO DE DISTÚRBIOS EM MASSA

Estratégias táticas para prevenir e controlar tumultos, pânico ou comportamentos agressivos em grandes grupos, priorizando a segurança coletiva e a desescalada da situação.

Exemplo:

Em um princípio de confusão generalizada, os vigilantes formam uma linha de contenção para separar os grupos em conflito e criar um corredor de segurança, buscando acalmar a situação sem uso de força excessiva.

AÇÃO DO VIGILANTE

Atue de forma coordenada com a equipe, comunicando-se constantemente. Use barreiras físicas e a presença visual para dissuadir e controlar o avanço

18.6 FATORES QUE INTERFEREM NO COMPORTAMENTO DAS MASSAS

Elementos que podem alterar o padrão de comportamento de um grupo, como superlotação, consumo excessivo de álcool/drogas, condições climáticas adversas, desinformação ou emoções intensas como raiva ou euforia.

Exemplo:

Um anúncio repentino de cancelamento de um show em um palco lotado pode gerar pânico e empurra-empurra, exigindo uma resposta rápida dos vigilantes para evitar pisoteamento ou incidentes maiores. Outro exemplo é o time perder por um erro do juiz.

AÇÃO DO VIGILANTE

Mantenha atenção a sinais de agitação ou mudança de humor na multidão. Identifique rapidamente os gatilhos e comunique-os à central de controle, para colocar em prática os procedimentos previamente entabulados no plano de segurança organizado pelo gestor em segurança privada.

18.7 FATORES QUE INFLUENCIAM NO COMPORTAMENTO DE UM INDIVÍDUO

Aspectos pessoais (intoxicação, frustração, problemas psicológicos, personalidade agressiva, etc.) que podem levar um indivíduo a reagir de forma inesperada ou desproporcional.

Exemplo:

Um participante embriagado que se torna agressivo após ser advertido por uma conduta inadequada (ex: urinar em público), necessitando de abordagem individualizada e, se necessário, afastamento do local.

AÇÃO DO VIGILANTE

Observe comportamentos isolados e aborde indivíduos de forma calma e empática, para não provocar nele reações adversas. Se necessário, afaste o indivíduo problemático da multidão para uma abordagem mais segura e discreta.

18.8 COMPORTAMENTO DAS TORCIDAS ORGANIZADAS E O FENÔMENO DO "HOOLIGANISMO"

Padrões de comportamento de grupos de torcedores, por vezes com histórico de confrontos ou atos violentos ("hooliganismo"), que podem escalar rapidamente. É o conhecido comportamento das "torcidas organizadas" com o objetivo de agir com violência contra outras torcidas organizadas dos times adversários.

Exemplo:

Monitoramento proativo de entradas e saídas de torcidas rivais em eventos esportivos, com separação de fluxos e reforço da segurança em áreas de maior risco de conflito, como acessos a banheiros e bares.

AÇÃO DO VIGILANTE

Mantenha-se atento a símbolos, cânticos ou movimentos coordenados que indiquem confrontos. Acione imediatamente o controle e as forças policiais para intervir preventivamente ou em caso de escalada.

18.9 COMPORTAMENTO COLETIVO E SUAS MANIFESTAÇÕES

Reações de um grupo a um estímulo, que podem variar de euforia e celebração a pânico, agressão ou histeria, influenciadas pela dinâmica do grupo e pelo ambiente.

Exemplo:

Em um festival de música, um comportamento coletivo de euforia pode levar a "rodas punk" ou "surfe na multidão" (a pessoa deita de costas e é passada por cima da multidão), que, embora não necessariamente violentos, exigem monitoramento para evitar acidentes por pisoteamento ou quedas. Um alarme falso de incêndio pode gerar pânico generalizado e correria.

AÇÃO DO VIGILANTE

Identifique rapidamente o tipo de manifestação coletiva para aplicar a técnica de controle adequada. Atue para direcionar a energia do grupo de forma segura ou acalmar a situação em caso de pânico.

18.10 AÇÕES DE CONTROLE E ENCAMINHAMENTO DAS MASSAS EM GRANDES EVENTOS

Estratégias para guiar o fluxo de pessoas, direcionar para saídas ou áreas específicas, e evitar pontos de estrangulamento ou aglomerações perigosas.

Exemplo:

Utilização de grades, cordões de isolamento e sinalização clara (ex: placas luminosas indicando direções) para organizar filas, direcionar o público para diferentes setores ou facilitar a saída controlada ao final do evento.

AÇÃO DO VIGILANTE

Posicione-se em pontos estratégicos e use comandos verbais claros para orientar o fluxo. Mantenha as rotas de escape desobstruídas e visíveis em todo momento.

18.11 PRESERVAÇÃO DE LOCAL E COMUNICAÇÃO ÀS AUTORIDADES COMPETENTES

Medidas para isolar e proteger uma área onde ocorreu um incidente (crime, acidente) para que a perícia policial possa atuar sem contaminação de provas ou alteração do cenário.

Exemplo:

Após uma briga com lesão corporal grave, o vigilante isola o perímetro do ocorrido com fitas de sinalização, evitando que curiosos se aproximem e comunica a ocorrência à Polícia Militar, fornecendo as informações iniciais e testemunhas.

AÇÃO DO VIGILANTE

Impeça o acesso de pessoas não autorizadas ao local do incidente. Mantenha um registro detalhado da ocorrência e das testemunhas para as autoridades.

18.12 ROTAS DE ACESSO E DE EVACUAÇÃO

Caminhos pré-determinados, claros e desobstruídos para entrada, saída e escoamento rápido e seguro do público em caso de emergência, garantindo fluidez e segurança.

Exemplo:

Sinalização luminosa eficiente e vigilantes posicionados em pontos-chave para guiar o público pelas saídas de emergência em caso de incêndio ou ameaça, garantindo que não haja pânico.

AÇÃO DO VIGILANTE

Conheça todas as rotas e saídas de emergência e sua capacidade de fluxo. Assegure que as rotas estejam sempre desobstruídas e bem iluminadas, especialmente as de emergência.

18.13 PLANO DE CONTINGÊNCIA E AS AÇÕES A SEREM DEFLAGRADAS

Documento detalhado que especifica os procedimentos a serem seguidos em diferentes cenários de emergência (incêndio, tumulto, falta de energia, atentado, desabamento), incluindo responsabilidades, fluxos de comunicação e recursos necessários.

Exemplo:

Em caso de blecaute, o plano de contingência prevê a ativação imediata de geradores de emergência, iluminação auxiliar e o acionamento de equipes para guiar o público calmamente para as saídas.

AÇÃO DO VIGILANTE

Familiarize-se com o plano de contingência e seu papel em cada cenário. Participe de simulados para garantir uma resposta coordenada e eficaz em caso real

18.14 TÉCNICAS DE DINÂMICA DE MULTIDÕES E CONTROLE DE TENSÕES

Estudo do movimento e comportamento de grandes grupos para otimizar o fluxo, identificar pontos de tensão e aplicar estratégias de desescalada verbal e não-verbal.

Exemplo:

Análise prévia do layout do evento para identificar potenciais gargalos e posicionar equipes para suavizar o fluxo de entrada e saída, evitando acúmulos que possam gerar tensão e desconforto entre os presentes.

AÇÃO DO VIGILANTE

Observe a densidade e o movimento da multidão para identificar sinais de estresse ou agitação. Intervenha preventivamente em áreas de alta concentração para dispersar pequenos grupos e aliviar a pressão.

18.15 IDENTIFICAÇÃO E COMUNICAÇÃO AO SUPERIOR SOBRE COMPORTAMENTOS ANTISSOCIAIS, RACISTAS, XENÓFOBOS, CONTRA CRIANÇAS E IDOSOS ETC

Capacidade de reconhecer e reportar imediatamente condutas que violem a lei e a dignidade humana, conforme diretrizes éticas e legais, atuando contra a intolerância.

Exemplo:

Um vigilante identifica um grupo proferindo ofensas racistas contra um frequentador, intervém para cessar a conduta, garante a segurança da vítima e reporta detalhadamente ao superior e às autoridades policiais.

AÇÃO DO VIGILANTE

Atue de forma imediata e firme contra qualquer tipo de discriminação ou comportamento antissocial. Proteja a vítima, registre o ocorrido e siga os protocolos para acionar as autoridades competentes.

IMPORTANTE: Quando um vigilante é alvo de injúria, discriminação ou qualquer forma de agressão verbal ou moral por parte do público, a primeira ação é manter a calma e a postura profissional, evitando reagir de forma emocional ou retaliatória.

O vigilante deve sinalizar a conduta inadequada ao indivíduo, reforçando as regras de conduta do evento e, se possível, solicitar a interrupção do comportamento ofensivo. Paralelamente, é fundamental acionar imediatamente a central de operações e autoridade policial ou o superior hierárquico, informando sobre o ocorrido, o local exato, as características do agressor e a natureza da ofensa.

A prioridade é garantir a segurança e a integridade do ambiente e dos demais frequentadores, sem desviar-se das suas responsabilidades primárias.

Após o incidente, é crucial que o vigilante registre a ocorrência de forma detalhada em um relatório interno, descrevendo o fato, a data, a hora, o local, as palavras exatas proferidas (se injúria/discriminação), as características do agressor, testemunhas (se houver) e as providências tomadas no momento.

Este registro, inclusive com fotos ou áudios gravados, serve como base para uma representação criminal, com suporte do jurídico da empresa. A documentação precisa é essencial para resguardar os direitos do profissional e da empresa, e para reprimir atitudes discriminatórias.

18.16 TÁTICAS DE RECONHECIMENTO DE TIPOS DE PÚBLICO CARACTERIZANDO UMA FUTURA MASSA

Habilidade de identificar, antes ou durante o evento, características demográficas, culturais ou comportamentais de grupos que podem formar massas específicas e prever suas interações e potenciais comportamentos.

Exemplo:

Observar a chegada de um grande grupo uniformizado de torcedores de um time ou manifestantes com bandeiras para antecipar possíveis aglomerações, celebrações intensas ou riscos de conflitos.

AÇÃO DO VIGILANTE

Realize uma análise prévia do público esperado e esteja atento à chegada de grupos específicos. Ajuste o posicionamento e as estratégias de segurança conforme o perfil dos grupos identificados.

18.17 TRABALHO EM EQUIPE PARA IDENTIFICAÇÃO, CONTROLE E TOMADA DE DECISÃO EM EVENTOS CRÍTICOS

A colaboração coordenada e eficaz entre as equipes de segurança (vigilantes, brigadistas, paramédicos, autoridade policial) para compartilhar informações, implementar planos de ação e responder rapidamente a situações de crise.

Exemplo:

Durante um tumulto, as equipes de vigilantes se comunicam via rádio para cercar a área, isolar agressores e coordenar a ação de dispersão ou intervenção com o apoio do controle central e, se necessário, das forças policiais.

AÇÃO DO VIGILANTE

Mantenha a comunicação constante e clara com sua equipe e supervisores. Siga as instruções de comando e aja de forma coesa para garantir a eficácia da resposta

18.18 CORTINA HUMANA PARA IMPEDIR AVANÇOS DE MULTIDÕES E PROCEDIMENTOS PARA SEPARAR CONFLITOS

Formação estratégica e disciplinada de uma linha de vigilantes para conter o avanço desordenado de uma multidão ou separar grupos em conflito, criando uma barreira visual e física.

Exemplo:

Vigilantes formam uma "cortina" organizada, braços dados ou em linha, para separar dois grupos de brigões, evitando que o confronto se alastre e criando um espaço seguro para a intervenção individualizada e controle da situação.

AÇÃO DO VIGILANTE

Posicione-se firmemente, mas sem agressividade, para criar uma barreira visual e física. Use a presença e o trabalho em equipe para desestimular o avanço ou a continuidade do conflito.

18.19 CONCEITOS DE CONTENÇÃO EM AMBIENTES DE GRANDE PÚBLICO:

Aplicação de barreiras físicas (grades, barricadas) e humanas, além de estratégias de gerenciamento de fluxo e densidade, para controlar o movimento e a concentração de pessoas em áreas específicas e sensíveis.

Exemplo:

Utilização de grades de segurança para criar corredores e zonas de acesso controlado em frente a palcos ou entradas de setores, evitando o excesso de pessoas em um único ponto e o risco de esmagamentos.

IMPORTANTE: Monitore a densidade de pessoas em áreas de contenção e alerte sobre superlotação. Direcione o público para áreas menos congestionadas e mantenha as saídas livres.

18.20 ESCOLTA DE INDIVÍDUOS E DESVIO DE MASSA USANDO OS VIGILANTES

Condução segura e protegida de uma pessoa (VIP, detido, pessoa em risco ou ferida) através de uma multidão, e a manobra coordenada de vigilantes para redirecionar o fluxo de pessoas de uma área específica.

Exemplo:

Um cordão de vigilantes escolta uma autoridade ou um indivíduo que precisa de atendimento médico urgente através de uma área movimentada, ou redireciona o público para uma saída alternativa devido a um obstáculo inesperado ou uma emergência.

AÇÃO DO VIGILANTE

Forme um cordão de proteção eficaz, utilizando o corpo para abrir caminho. Comunique-se com o indivíduo escoltado e com a multidão para garantir uma passagem segura.

18.21 FUNÇÃO E USO DA TONFA, ARMAS DE CHOQUE, GASES, LÍQUIDOS, GEL, ALGEMAS, FITAS DE IMOBILIZAÇÃO E OUTROS EQUIPAMENTOS

Entendimento das finalidades, limitações, regulamentações e protocolos para o uso desses equipamentos de segurança, sempre como último recurso e dentro dos princípios do uso seletivo e proporcional da força, exigindo treinamento específico.

Exemplo:

A tonfa pode ser usada para bloquear golpes ou aplicar técnicas de controle em caso de resistência ativa; as algemas são para imobilização de detidos, sempre com justificativa legal. O uso de armas de choque, gases, líquidos ou géis é altamente regulamentado, restrito a situações extremas de defesa da vida ou de controle de tumultos graves, e geralmente exige a presença de forças policiais ou autorização específica, sendo necessário total domínio técnico do seu uso.

AÇÃO DO VIGILANTE

Somente utilize equipamentos para os quais foi devidamente treinado e autorizado, seguindo rigorosamente os protocolos. Priorize a segurança e a integridade física de todos, acionando o apoio policial para situações que excedam sua alçada e capacidade legal.

19. RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA EM SEGURANÇA DE EVENTOS

É certo que alguma ocorrência vai ocorrer, apesar de todo o planejamento e organização. Eventos sempre têm um rol de variáveis que a equipe não tem controle. Importante é estar no rol da previsibilidade no plano de segurança. Portanto a eficácia da segurança em eventos reside não apenas na prevenção, mas na capacidade de resposta ágil e coordenada a situações adversas. O vigilante é peça-chave nesse processo, dominando planos de ação e identificando ameaças.

19.1 PLANOS DE REAÇÃO

a) Plano de Contingência

Conjunto de procedimentos pré-definidos para lidar com emergências que fogem à normalidade, minimizando seus impactos e restaurando a segurança. O vigilante deve interpretar e executar sua parcela de participação nesses planos elaborados pela empresa.

Exemplo:

Uma falha elétrica inesperada que deixa parte do evento no escuro ou um princípio de tumulto em uma área específica. Ação do Vigilante: Identifique imediatamente o tipo de contingência. Ative os protocolos de comunicação, informe seu superior e, se aplicável, inicie a sinalização de emergência. Sua participação é crucial na coordenação inicial e contenção da situação, conforme o plano.

b) Plano de Evacuação

Roteiro detalhado para a saída organizada e segura de todo o público ou de uma área específica do evento em caso de perigo iminente. O vigilante deve identificar sua parcela de participação no plano de evacuação.

Exemplo:

Um alerta de incêndio ou uma ameaça de bomba que exige a desocupação imediata do local

AÇÃO DO VIGILANTE

Direcione o público para as rotas de saída predefinidas, mantenha a calma e auxilie pessoas com dificuldade. Garanta que as vias de escape estejam desobstruídas, agindo conforme o mapeamento e suas responsabilidades.

19.2 PROCEDIMENTOS DIANTE DE IMPREVISTOS

A capacidade de agir com flexibilidade e segurança frente a situações não previstas nos planos formais, mas que demandam resposta imediata.

Exemplo:

A descoberta de um objeto suspeito não mapeado ou um frequentador passando mal em uma área de difícil acesso, exigindo ação rápida antes da chegada do apoio.

AÇÃO DO VIGILANTE

Avalie rapidamente a situação e seus riscos. Comunique imediatamente o superior e, se possível, isole a área de risco ou preste o primeiro socorro, garantindo a segurança de todos.

19.3 TÉCNICAS E TÁTICAS UTILIZADAS PELOS CRIMINOSOS

Métodos de ação empregados por indivíduos ou grupos criminosos para cometer ilícitos, como distração, criação de falsos tumultos ou o "arrastão". É fundamental que o vigilante conheça formas de ataque para não ser alvo de cooptação ou envolvido por organização criminosa.

Exemplo:

Um falso pedido de ajuda ou uma briga simulada para desviar a atenção do vigilante enquanto outro criminoso realiza um furto, ou o uso de menores para a prática de pequenos furtos ("punguistas" ou "bolsadas").

AÇÃO DO VIGILANTE

Mantenha a observação apurada, identificando padrões de comportamento incomuns ou atitudes suspeitas. Comunique qualquer indício ao superior, demonstrando conhecimento para identificar grupos criminosos e seu *modus operandi.*

19.4 RELATÓRIO DA OCORRÊNCIA

Documento formal que registra de forma clara, objetiva e imparcial todos os fatos relevantes de um incidente ou ação criminosa, servindo como prova e base para investigações futuras. O vigilante deve ser capaz de elaborar relatórios eficazes

Exemplo:

Detalhar uma briga entre frequentadores, a localização exata, os envolvidos, testemunhas e as providências tomadas, ou um roubo ocorrido com descrição do agente autor.

AÇÃO DO VIGILANTE

Colete dados essenciais (quem, o quê, onde, quando, como, por que). Seja descritivo, mas sem juízo de valor, focando nos fatos para apoiar a investigação policial subsequente.

19.5 COMO ACIONAR OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

O procedimento padronizado para contatar as forças policiais (190), o corpo de bombeiros (193) ou outros órgãos em situações que exigem sua intervenção. O vigilante, ao fazer isso corretamente, colabora com a polícia

Exemplo:

Em caso de flagrante de crime grave, lesões corporais sérias, ou um incêndio de grandes proporções.

AÇÃO DO VIGILANTE

Tenha os números de emergência e contatos específicos à mão. Ao ligar, seja claro e objetivo: identifique-se, informe o local exato do evento, a natureza da ocorrência, o número de envolvidos e qualquer informação relevante.

Exercício Prático: Relatórios de Ocorrência

A seguir, dois exemplos de relatório de ocorrência, que devem ser elaborados pelo vigilante após o fato.

19.6 - RELATÓRIO DE OCORRÊNCIA | MODELO 01 | EVENTO: SHOW

Nº: 001/2025-SEG | **EVENTO:** "Grande Show do [Nome do Cantor]"

DATA: 19/10/2025 | **HORA DO FATO:** 22:30h

LOCAL DO FATO: Arena Metrópole, Setor Pista VIP, Próximo ao Palco Lateral Esquerdo.

TIPO DE OCORRÊNCIA: Furto de Celular / Agressão Leve

DESCRIÇÃO DO FATO: Às 22:30h, o VIGILANTE [NOME SOBRENOME], em ronda pelo Setor Pista VIP, foi abordado pela frequentadora Sra. Ana Clara Santos (RG: XXX.XXX.XXX-X, Telefone: (XX) XXXX-XXXX), que relatou ter tido seu aparelho celular (iPhone 15, cor preta, nº de série: YYYYYYYY) furtado do bolso de sua calça. A vítima afirmou ter sentido um empurrão na região do quadril e, ao verificar, notou a ausência do aparelho. Em seguida, a Sra. Ana Clara apontou para um indivíduo do sexo masculino, de aproximadamente 1,75m de altura, com camiseta preta e boné virado para trás, alegando que este teria sido o autor do furto.

O vigilante [NOME SOBRENOME] iniciou o acompanhamento visual do suspeito, que tentou se evadir misturando-se à multidão. Simultaneamente, acionou via rádio a central de operações, informando as características do indivíduo e sua última localização. Uma equipe de apoio (VIGILANTE [NOME V2], VIGILANTE [NOME V3]) interceptou o suspeito próximo à saída de emergência 3. Durante a abordagem, o suspeito, identificado posteriormente como Carlos Alberto Lima (CPF: AAA.AAA.AAA-AA), reagiu com empurrões e tentativa de fuga, causando uma escoriação leve no antebraço esquerdo do VIGILANTE [NOME V2].

O suspeito foi contido e imobilizado utilizando técnicas padrão de controle, sem uso de força excessiva. Em revista pessoal, o aparelho celular da Sra. Ana Clara foi encontrado em seu bolso traseiro.

PROVIDÊNCIAS TOMADAS:

1. Suspeito detido e conduzido à sala de apoio da segurança pública para identificação e registro.
2. Aparelho celular recuperado e restituído à Sra. Ana Clara, que confirmou ser o seu, mediante prévia entrevista.
3. Em seguida a Polícia Civil foi acionada para registro da ocorrência e condução do detido à delegacia local.
4. Realizado o registro fotográfico das lesões leves do VIGILANTE [NOME V2] e do aparelho celular recuperado.
5. Testemunha ocular, Sr. João Pedro Silva (CPF: YYY.YYY.YYY-Y, Telefone: (XX) XXXX-XXXX), que presenciou a abordagem, foi identificado e orientado que seria chamado pelas autoridades como testemunha dos fatos.

OBSERVAÇÕES: O suspeito Carlos Alberto Lima é conhecido por seu envolvimento em furtos semelhantes em outros eventos na região, conforme levantamento preliminar da central de monitoramento da Polícia Militar. A ação coordenada da equipe de segurança foi fundamental para a rápida recuperação do bem e a detenção do autor.

ELABORADO POR: VIGILANTE [NOME SOBRENOME] | **MATRÍCULA:** XXXX
DATA/HORA: 19/10/2025 | 23:15h | **ASSINATURA:** [Espaço para assinatura]

19.7 - RELATÓRIO DE OCORRÊNCIA | MODELO 02 | ESTÁDIO

Nº: 002/2025-SEG | **EVENTO:** "Clássico Estadual de Futebol"

DATA: 19/10/2025 | **HORA DO FATO:** 18:45h

LOCAL DO FATO: Estádio Municipal, Setor Arquibancada Norte, Bloco C3, Fileira 12.

TIPO DE OCORRÊNCIA: Acendimento de Sinalizador / Tumulto Controlado / Atendimento a Frequentadora

DESCRIÇÃO DO FATO: Às 18:45h, aos 30 minutos do segundo tempo do jogo, o VIGILANTE [NOME SOBRENOME 1] (V1), posicionado na Arquibancada Norte, observou um indivíduo do sexo masculino, vestindo camisa do time da casa (Cor: Azul e Amarelo), acender um sinalizador pirotécnico na Fileira 12, Bloco C3. O artefato gerou intensa fumaça vermelha e fagulhas, causando pânico localizado e correria de aproximadamente 15 (quinze) torcedores próximos.

O VIGILANTE [NOME SOBRENOME 1] imediatamente acionou os VIGILANTES [NOME SOBRENOME 2] (V2) e [NOME SOBRENOME 3] (V3) via rádio, informando a situação e a localização exata do agressor. Simultaneamente, o V1 iniciou a aproximação e verbalização com o autor, solicitando que o sinalizador fosse apagado e o artefato entregue. O indivíduo, que se identificou posteriormente como Fernando Rocha (RG: ZZZ.ZZZ.ZZZ-Z), ignorou as orientações e proferiu insultos.

Com a chegada do apoio do V2 e V3, formou-se uma cortina humana para isolar a área e controlar o tumulto gerado. Fernando Rocha foi contido e o sinalizador foi extinguido por um extintor de pequeno porte (PQS) trazido pelo V2. Durante a contenção, não houve resistência física significativa do autor. A fumaça e a correria resultaram em uma frequentadora (Sra. Carla Almeida, 45 anos, camisa branca, Fileira 13, Bloco C3) com leve crise de ansiedade e dificuldades respiratórias leves, que foi prontamente atendida pela equipe médica do estádio (Paramédica [NOME DA PARAMÉDICA]).

PROVIDÊNCIAS TOMADAS:

1. Autor Fernando Rocha foi detido e conduzido à sala de apoio da segurança do estádio.
2. Sinalizador apreendido e acondicionado para apresentação às autoridades competentes.
3. Acionada a Polícia Militar (190) para registro da ocorrência de posse e uso de artefato pirotécnico em evento esportivo e condução do detido à delegacia.
4. A Sra. Carla Almeida recebeu atendimento médico e, após estabilização e medicação, foi orientada e liberada, recusando remoção hospitalar.
5. Registro fotográfico da área, do artefato e da intervenção dos vigilantes.

OBSERVAÇÕES: A rápida ação coordenada dos vigilantes evitou a escalada do tumulto e maiores incidentes com o sinalizador, controlando a situação em aproximadamente 5 minutos. A área afetada foi normalizada em seguida, com o fluxo e a acomodação dos torcedores restabelecidos.

ELABORADO POR: VIGILANTE [NOME SOBRENOME] | **MATRÍCULA:** XXXX
DATA/HORA: 19/10/2025 | 19:30h | **ASSINATURA:** [Espaço para assinatura]

20. PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO EM EVENTOS

A Lei nº 14.967/2024 no art.10 autoriza que as empresas de segurança privada poderão prestar serviços ligados à atividade de bombeiro civil, desenvolvida por profissionais capacitados nos termos da lei nº 11.901/2009.É proibido o exercício simultâneo das funções de vigilância e de prevenção e combate a incêndios pelo mesmo profissional.

A segurança em eventos passa, inevitavelmente, pela eficaz prevenção e combate a incêndios. O vigilante desempenha um papel crucial nessa área, garantindo a rápida resposta a emergências e a proteção da vida.

20.1 COMBATE A INCÊNDIOS

Conjunto de ações destinadas a controlar, dominar e extinguir focos de fogo, impedindo sua propagação.

Exemplo:

Um pequeno incêndio iniciado em uma lixeira devido ao descarte inadequado de cigarros.

AÇÃO DO VIGILANTE

O vigilante deve avaliar rapidamente a situação, acionar a equipe de emergência e, se o fogo for controlável e não oferecer risco à sua segurança, iniciar o combate com o extintor adequado.

20.2 IDENTIFICAR AS CAUSAS DE INCÊNDIO

Reconhecer as condições e comportamentos que podem dar origem a um foco de incêndio, permitindo a atuação preventiva.

Exemplo:

Fiação elétrica exposta, acúmulo de materiais combustíveis próximo a fontes de calor, uso irregular de fogos de artifício ou churrasqueiras em áreas proibidas.

AÇÃO DO VIGILANTE

Realizar rondas de inspeção, identificar riscos potenciais como sobrecarga de tomadas ou bloqueio de saídas. Reportar imediatamente anomalias e orientar o público sobre boas práticas.

20.3 MÉTODOS DE COMBATE E EXTINÇÃO DO INCÊNDIO (COM FOCO NAS CLASSES DE INCÊNDIO):

Estratégias para extinguir o fogo, agindo sobre o "triângulo do fogo" (calor, combustível, oxigênio) ou "tetraedro do fogo" (adicionando a reação em cadeia), removendo um ou mais de seus elementos. O conhecimento das classes de incêndio é vital para a escolha do agente extintor correto.

- **Classe A:** Incêndios em materiais sólidos combustíveis que queimam em superfície e profundidade, deixando cinzas e brasas (ex: papel, madeira, tecido, borracha).
- **Classe B:** Incêndios em líquidos e gases inflamáveis (ex: gasolina, óleo, álcool, GLP).
- **Classe C:** Incêndios em equipamentos elétricos energizados (ex: painéis elétricos, computadores, motores).
- **Classe D:** Incêndios em metais combustíveis (ex: magnésio, sódio, potássio, zircônio). (Raro em eventos sociais, mas importante conhecer).
- **Classe K:** Incêndios em óleos e gorduras de cozinha (ex: fritadeiras industriais, cozinhas de restaurantes de eventos).



Exemplo:

- **Classe A:** Um fogo em um depósito de cenários de papelão. O agente indicado é água.
- **Classe B:** Um derramamento de combustível de um gerador que entra em ignição. O agente indicado é o pó químico (PQS) ou CO2.
- **Classe C:** Um curto-circuito em uma mesa de som. O agente indicado é CO2 ou PQS, nunca água.
- **Classe K:** Uma fritadeira pegando fogo na cozinha do evento. O agente indicado é o extintor classe K.

Ação do Vigilante

Saber identificar a classe do fogo é primordial. Utilize o extintor de **água pressurizada** para Classe A; o de **pó químico seco (PQS)** ou **CO2 (gás carbônico)** para Classes B e C; e o de **agente específico Classe K** para incêndios em óleos/gorduras. **Nunca use água em incêndios Classes B, C ou K**, pois pode espalhar o fogo ou causar choque elétrico. Em caso de Classe D, evacue a área e aguarde o Corpo de Bombeiros com extintores especializados.

20.4 MANEJO DOS EXTINTORES DE INCÊNDIO:

A habilidade de selecionar e operar corretamente os diferentes tipos de extintores (água, CO2, pó químico) de acordo com a classe do fogo.

Exemplo:

Um princípio de incêndio em um painel elétrico requer um extintor de CO2 ou pó químico, **nunca água.**



Ação do Vigilante

Conhecer a localização dos extintores, verificar sua validade e pressão, e dominar a técnica PAS (Puxar o pino, Apontar para a base do fogo, Apertar o gatilho, Variar de um lado para o outro) para uso eficaz.

O vigilante, portanto, é um agente de prevenção e primeira resposta vital, capaz de mitigar riscos e salvar vidas em eventos através do conhecimento e aplicação dessas diretrizes.

21. PRIMEIROS SOCORROS NO SERVIÇO DE SEGURANÇA EM EVENTOS SOCIAIS

A capacidade de prestar primeiros socorros é fundamental para o vigilante em eventos, onde incidentes podem ocorrer a qualquer momento. Uma resposta rápida e eficaz pode ser decisiva para salvar vidas.



21.1 ANÁLISE PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DA VÍTIMA

A análise primária (ABCDE) busca identificar e corrigir ameaças à vida (Vias Aéreas, Respiração, Circulação, Déficit neurológico, Exposição). A secundária avalia lesões não imediatas, coletando histórico (SAMPLE).

Exemplo:

Um participante cai e bate a cabeça, ficando inconsciente.

AÇÃO DO VIGILANTE

Realiza a análise primária: verifica se a vítima respira, se há pulso. Em seguida, na secundária, busca por sangramentos ou outras lesões visíveis e tenta obter informações dos acompanhantes.

21.2 TRANSPORTE DE FERIDOS

Movimentar uma vítima de forma segura e com o mínimo risco de agravar suas lesões, utilizando técnicas adequadas.

Exemplo:

Uma pessoa sofre uma entorse grave no tornozelo e não consegue andar até o posto médico.

AÇÃO DO VIGILANTE

Avalia a estabilidade da vítima. Se houver suspeita de lesão na coluna, imobiliza-se antes de qualquer movimento. Utiliza a técnica de carregamento mais segura (ex: maca, cadeira de resgate ou arrasto, se necessário) para levá-la ao atendimento.



21.3 ACIDENTES TRAUMÁTICOS E HEMORRÁGICOS

Lesões causadas por força externa (quedas, batidas) e perdas sanguíneas internas ou externas, que podem ser graves.

Exemplo:

Uma briga resulta em um ferimento profundo com sangramento intenso.

AÇÃO DO VIGILANTE

Prioriza o controle da hemorragia, aplicando compressão direta e, se necessário, elevando o membro. Em trauma, evita movimentar a vítima e a mantém aquecida.



21.4 PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA (RCP) E COMPRESSÕES TORÁCICAS

Manobras de reanimação que mantêm o fluxo sanguíneo e a oxigenação cerebral em caso de parada cardiorrespiratória.

Exemplo:

Uma pessoa desmaia e não responde, não respira e não possui pulso.

AÇÃO DO VIGILANTE

Aciona imediatamente o serviço de emergência. Inicia as compressões torácicas (30 compressões para 2 ventilações, se treinado e com barreira de proteção) de alta qualidade, sem interrupções, até a chegada do socorro especializado.

21.5 ANÁLISE DE CENÁRIO E ACIONAMENTO DE SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA

Avaliar a segurança do local do incidente antes da intervenção e comunicar as informações essenciais aos profissionais de saúde.

Exemplo:

Um acidente com vazamento de líquido inflamável e uma vítima inconsciente.

AÇÃO DO VIGILANTE

Garante a própria segurança e a da vítima, afastando-a do perigo (se possível). Aciona o 192 (SAMU) ou 193 (Bombeiros), informando localização exata, tipo de acidente, número de vítimas e estado aparente.

O vigilante, ao dominar essas técnicas, atua como um elo vital entre o incidente e o atendimento profissional, minimizando danos e maximizando as chances de recuperação da vítima.

22. ARMAS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO

USO EM EVENTOS SOCIAIS

(Consultar Caderno Andragógico de Aperfeiçoamento em Armas de Menor Potencial Ofensivo.)

ANOTAÇÕES

Mão na Massa:
AVALIE O SEU CONHECIMENTO

1. Qual é o principal objetivo do Curso de Aperfeiçoamento em Segurança de Evento?

a) ( ) Capacitar o vigilante para atuar exclusivamente em eventos esportivos.

b) ( ) Proteger exclusivamente o patrimônio durante eventos sociais.

c) ( ) Capacitar o profissional para proteger pessoas e patrimônio em eventos sociais.

d) ( ) Treinar o vigilante para o combate a incêndios.

2. Qual é um elemento essencial para a elaboração do Plano de Segurança de um evento?

a) ( ) O número previsto de vendas de ingressos.

b) ( ) A aprovação do público antes da implementação.

c) ( ) A identificação das áreas de maior risco, como entrada VIP e camarins.

d) ( ) A proximidade do evento a outros estabelecimentos comerciais.

3. De acordo com o curso, o comportamento do vigilante em eventos sociais deve ser:

a) ( ) Discreto e passivo, evitando interações com o público.

b) ( ) Firme, cortês e proativo, observando comportamentos atípicos.

c) ( ) Autoritário e impositivo, demonstrando poder e ordem.

d) ( ) Voltado exclusivamente para impedir furtos ou agressões.

4. O que deve ser respeitado ao realizar uma revista em pessoas durante um evento?

a) ( ) A discrição e o respeito à dignidade da pessoa, conduzindo a revista em local adequado.

b) ( ) Apenas os horários estabelecidos pela coordenação do evento.

c) ( ) A preferência pessoal do vigilante sobre quem deve ser revistado.

d) ( ) Não há diretrizes; revistas podem ser aleatórias e sem autorização prévia.

5. O que caracteriza a atuação correta de um vigilante ao lidar com tumultos em eventos?

a) ( ) Ação imediata sem informar os superiores, para economizar tempo.

b) ( ) Comunicação ágil com o supervisor, relatando a situação e aguardando reforço.

c) ( ) Contenção e detenção do grupo agressor sem seguir o plano de segurança.

d) ( ) Paralisação do evento e evacuação emergencial do local.

6. Qual princípio deve reger a atuação do vigilante em segurança de eventos?

a) ( ) Presunção de culpa do público, com revistas rigorosas a todos os participantes.

b) ( ) Ação autoritária para garantir a ordem sem espaço para o diálogo.

c) ( ) Legalidade, necessidade, proporcionalidade e moderação em todas as ações.

d) ( ) Evitar comunicação com superiores para maior autonomia.

7. Antes de iniciar as atividades em um evento, o que o vigilante deve fazer?

a) ( ) Reunir o público para explicar as regras de segurança.

b) ( ) Estudar o Plano de Segurança para entender sua função e posição no evento.

c) ( ) Posicionar-se diretamente na entrada sem receber orientações.

d) ( ) Recolher assinaturas do público aprovando o serviço de vigilância.

8. Qual atitude do público fere um dos deveres do Código de Defesa do Consumidor?

a) ( ) Recusar participar do evento se as condições forem precárias.

b) ( ) Respeitar as normas e proibições do evento, como descartar garrafas antes da entrada.

c) ( ) Recusar a revista na entrada do evento.

d) ( ) Exigir que as normas de segurança sejam aplicadas de forma justa.

9. Qual das alternativas é um direito do público frequentador de eventos?

a) ( ) Escolher onde cada vigilante pode atuar.
b) ( ) Ser atendido com respeito e segurança durante o evento.
c) ( ) Entrar no evento sem passar por revista na entrada.
d) ( ) Acessar qualquer área do evento, incluindo as restritas.

10. O que um vigilante deve fazer ao identificar uma briga generalizada em um evento?

a) Intervir sozinho e tentar resolver a situação sem ajuda.
b) Acionar imediatamente o supervisor e as forças públicas presentes.
c) Ignorar e continuar suas atividades em outra área.
d) Convidar outros espectadores a ajudarem no controle.

GABARITO
1.C | 2.C | 3.B | 4.A | 5.B | 6.C | 7.B | 8.C | 9.B | 10.B

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 14.967/2024, de 3 de outubro de 2024. **Institui o Estatuto da Segurança Privada**, estabelece diretrizes para a segurança privada no Brasil e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 out. 2024.

Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Coordenação-Geral de Controle de Segurança privada (CGCSP). **Portaria n.º 16, de 1º de agosto de 2024**. Dispõe sobre normas e procedimentos relativos à segurança privada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 agosto de 2024.

Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Coordenação-Geral de Controle de Segurança privada (CGCSP). P**ORTARIA DG/PF Nº 18.045, DE 17 DE ABRIL DE 2023, alterada pela PORTARIA Nº 18.974 DE 07 DE MAIO DE 2024.** Disciplina as atividades de segurança privada e regula a fiscalização dos Planos de Segurança dos estabelecimentos financeiros.

LEI Nº 10.671, DE 15 DE MAIO DE 2003.Dispõe sobre o **Estatuto de Defesa do Torcedor** e dá outras providências.

Lei nº 14.597/2023, intitulada de **Lei Geral do Esporte.**

Sousa, Celita Oliveira. **Estatuto da segurança privada e da segurança das instituições financeiras: interpretação e aplicação lei 14.967 de 2024**. São Paulo: Editora Marini, 2025.

Manual Internacional do PHTLS (Prehospital Trauma Life Support) 10ª edição. Editora Jones & Bartlett Learning, Pesquisa realizada em 10.12.2025.





ABCFAV
Rua Bernardino Fanganiello, 691 | Casa Verde
São Paulo - SP, 02512-000

FENAVIST
SBS Quadra 2 Bloco E salas 1601/1602, Ed. Prime.
Asa Sul, Brasília - DF, 70070-120